



GOVERNO FEDERAL
MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE
CONSELHO NACIONAL DO MEIO AMBIENTE



**TRANSCRIÇÃO DA 17ª REUNIÃO DA CÂMARA TÉCNICA DE EDUCAÇÃO
AMBIENTAL DO CONAMA**

Sala S1, subsolo do Edifício Marie Prendi Cruz
Brasília/DF, 19 de agosto de 2008
(Transcrição ipisis verbis)

47 **O SR. PAULO KLINKERT MALUHY (Oca Brasil)** – Bom dia a todos e a todas, e vamos proceder à
48 abertura do trabalho da 17ª Reunião da Câmara Técnica de Educação Ambiental. Tendo estabelecido
49 o quórum podemos abrir os trabalhos e vamos iniciar, informando uma inversão de pauta
50 inicialmente. Seria a questão da... Pode fazer essa inversão, por favor.
51

52
53 **A SR.ª CLEIDEMAR BATISTA VALÉRIO (CONAMA)** – Bom dia a todos. Estamos fazendo uma
54 proposta de inversão de pauta que seria a seguinte: o item 3.1, que é a discussão do seminário,
55 como a representante do Paraná não conseguiu chegar a tempo, ela perdeu o avião; vai chegar ao
56 meio-dia, proposta que iniciemos os trabalhos hoje à tarde às 13h30min. Por isso encerraríamos a
57 reunião para o almoço, às 12 horas e voltariamos impreterivelmente às 13h30min, para o que Nilo
58 também possa participar dessa discussão, porque ele tem uma reunião depois às 15 horas. E aí
59 continuaríamos com detalhamento e a tarde toda seria para discutir o seminário. Aproveitando as
60 pessoas que já estão aqui, nós iríamos fazer o item 3.5, que é o Cadastro Nacional de Coletivos
61 Educadores, seria o item 1 de pauta, porque as representantes do DEA, do Departamento de
62 Educação Ambiental, têm um compromisso à tarde. Depois, o item 2 seria o processo 3.3: Proposta
63 de inserção do conteúdo "Bacias Hidrográficas Locais" na Grade Curricular do Ensino Fundamental
64 Brasileiro; e ela ficaria com o 2.2, porque nós estamos também aqui com uma representante do
65 Conselho Nacional de Recursos Hídricos, do SRHU, que vai então fazer uma proposta; dar um
66 histórico conforme tinha sido combinado. E depois entrariamos no item de recomendação; era um
67 informe. É um item que não está em pauta, nós estamos, então, solicitando que entre como item 3.3
68 de pauta, que seria aquela proposta de recomendação que se encontra no Conselho da Câmara
69 Técnica de Assuntos Jurídicos; que é aquela proposta de recomendação para Campanhas de
70 Educação Ambiental. O que aconteceu com essa resolução? Essa proposta de recomendação. Ela
71 está na Câmara Técnica de Assuntos Jurídicos, foi pedido vista, e nesse ínterim São Paulo se propôs
72 a mobilizar a sua equipe de educação ambiental, juntamente com a Viviane e a Rachel, que
73 trabalharam para unificar essa proposta. Com isto, nós já tivemos uma proposta unificada, mas a
74 Malu de São Paulo, que coordena esse trabalho pediu ainda um tempo maior para que pudéssemos
75 trabalhar com mais detalhes, recebermos essas contribuições de pessoas que estão indo para esse
76 seminário. E a alternativa que vimos para isso seria: o presidente da Câmara Técnica pedir retirada
77 de pauta, na Câmara técnica de Assuntos Jurídicos, e voltariamos, então, com esse documento para
78 a discussão aqui. Ele vai estar bem mais consolidado e vai passar tranquilamente com mais
79 facilidade pela Câmara Técnica de Assuntos Jurídicos. No item 3.3, feita essa consideração, vocês
80 terão a oportunidade de ver os *e-mails* em que é pedido isso e decidimos, os membros decidem, se
81 assumimos esse encaminhamento ou não. Depois nós temos dois itens que são: o 3.2 e o 3.4 atual,
82 que nós podemos ficar mais ou menos livre para, se der tempo, tratá-los. Nós temos uma proposta do
83 Éder, que é do Ministério do Esporte, para a recomendação da dimensão ambiental nas atividades
84 administrativas; aquele A3P, que é nesse item aí. Ele fez uma proposta e ele defenderá a proposta
85 quando chegar; senão, esses dois itens ficariam para a próxima reunião. Se vocês concordarem com
86 isto...
87

88
89 **O SR. PAULO KLINKERT MALUHY (Oca Brasil)** – Ok. Todos estão de acordo com essa proposta?
90 Muito bem. Então vamos iniciar com a leitura da aprovação dos Resultados da 16ª? Pode fazer a
91 leitura de tudo?

92 **A SR.ª PATRÍCIA PINTO (Oca Brasil)** – “Abertura dos Trabalhos pela Coordenação da Câmara
93 Técnica. Verificado o quorum, a reunião foi aberta pelo Vice-Presidente da CT, Paulo Klinkert Maluhy,
94 que deu as boas vindas a todos os presentes, apresentando a Pauta que passou a ser discutida.
95 Membros presentes: Paulo Klinkert Maluhy - Conselheiro Titular da Oca Brasil; Patrícia Pinto -
96 Conselheira Suplente da Oca Brasil; Maria do Rosário Rebouças Serra - Representante do Governo
97 da Bahia; Maria José S. Holanda - Representante Governo do Ceará; Keilah Diniz - Conselheira
98 Suplente do Ministério da Cultura. Leitura e aprovação dos Resultados da 15ª Reunião. Foram
99 submetidos à apreciação e aprovados pelos membros da CT a Transcrição e os Resultados da 15ª
100 Reunião. Ordem do Dia. 3.1. Discussão sobre a proposta de Seminário “A Educação Ambiental no
101 Setor Produtivo: Empresários e Trabalhadores”. A Programação do Seminário, aprovada na 15ª
102 Reunião da CTEA, foi discutida, recebendo emendas e incorporando os nomes sugeridos de
103 especialistas, palestrantes e representantes do Setor Empresarial e dos sindicatos e de outros nomes
104 para compor a Mesa. A representante do Governo da Bahia reiterou o interesse do Estado em sediar
105 o evento e enviará formalmente, até a próxima reunião, uma proposta com as especificações da infra-
106 estrutura e do apoio que oferecerá para a concretização do evento em novembro. O DCONAMA
107 aguarda a manifestação dos demais setores governamentais, empresariais e sindicais quanto à
108 indicação de nomes e sua disposição de arcar com os custos da participação destes representantes
109 no evento. 3.2. Processo nº. 02000.003134/2005-21 – Proposta de Recomendação para os CEAs –

110 Centros de Educação Ambiental. Recomendação a ser discutida na próxima reunião. 3.3. Processo
111 nº. 02000.001992/2006-11 – Proposta de inserção do conteúdo "Bacias Hidrográficas Locais" na
112 Grade Curricular do Ensino Fundamental Brasileiro. Matéria a ser discutida na próxima reunião. 3.4.
113 Processo nº. 02000.001478/2006-86 – Recomendação para inserção da dimensão ambiental nas
114 atividades administrativas e operacionais na Administração Pública. Origem: Secretaria de Políticas
115 para o Desenvolvimento Sustentável/MMA. Recomendação a ser discutida na próxima reunião.
116 Informes. 4.1. Relatório do Comitê Assessor do Órgão Gestor da Política Nacional de Educação
117 Ambiental. A Matéria sairá de Pauta até que o representante do Governo do Ceará consiga resgatar o
118 Relatório elaborado pelo representante anterior. Encerramento. A reunião foi encerrada às 17 horas".
119

120
121 **O SR. PAULO KLINKERT MALUHY (Oca Brasil)** - Podemos passar então para a ordem do dia?
122 Então, aprovado a leitura. Estando aprovada a leitura, podemos passar então para a continuidade do
123 item 3.1. 3.1 é o processo nº. 02000.003128/2007-35, que é o Cadastro Nacional de Coletivos
124 Educadores, sendo a origem o Departamento de Educação Ambiental/MMA.
125

126
127 **A SR.^a CLEIDEMAR BATISTA VALÉRIO (CONAMA)** – Chamaria os representantes do DEA para
128 fazer a apresentação.
129

130
131 **A SR.^a JACQUELINE MARTINS GOMES (DEA/MMA)** – Bom dia. Sou técnica do Departamento de
132 Educação Ambiental do Ministério do Meio Ambiente e estou acompanhada da Raquel, que é técnica
133 também. Há aproximadamente um ano temos trazido para a pauta dessa Câmara Técnica a
134 importância e a necessidade de criação de um Cadastro Nacional de Coletivos Educadores. E parece
135 que na última reunião a Mariana Mascarenhas, que representou o DEA, contextualizou sobre a
136 importância da criação desse cadastro; qual era o contexto no qual essa demanda se situa, mas eu
137 gostaria de recuperar aqui também um pouco. Os Coletivos Educadores, eles são a instância de
138 implementação do Programa Nacional de Formação de Educadores Ambientais; que é um programa
139 do MMA e ele vem sendo implementado desde 2003. Ele foi elaborado em 2003 e a implementação,
140 na verdade, iniciou-se em 2004. Atualmente o panorama dos Coletivos Educadores é de 143 grupos,
141 envolvendo 1.227 municípios no país; e esses municípios localizados em todas as unidades
142 federativas. Isso significa 655 instituições proponentes e um total de 800 instituições dentre governos
143 estaduais, governos municipais, organizações não-governamentais, que estão articuladas nesses
144 grupos. Então, diante desse panorama, e ao longo do desenvolvimento desse programa, o
145 departamento viu a importância de criar um cadastro nacional que regulasse a criação e o
146 funcionamento desses Coletivos Educadores, com o objetivo de que esses coletivos sejam
147 reconhecidos como uma política pública de educação ambiental, que independa do apoio exclusivo
148 do MMA. Uma vez que essa proposta, em vários estados e municípios, ela tem se tornado uma
149 política pública não só federal, mas também estadual e municipal; e, muitas vezes, independentemente do
150 apoio dos governos. Então, vimos a importância da criação desse cadastro, como uma forma de
151 reconhecer esses coletivos e que eles funcionassem independentemente da existência de um
152 programa conduzido pelo MMA; mas claro, com o apoio desse ministério. Essa é uma rápida
153 contextualização. Vocês receberam a proposta de resolução, e, talvez se passarmos para essa
154 proposta; para a leitura...
155

156
157 **O SR. PAULO KLINKERT MALUHY (Oca Brasil)** – Alguém mais quer se pronunciar sobre o tema?
158
159

160 **A SR.^a MARIA JOSÉ DE SOUSA HOLANDA (Governo Ceará)** – Jaqueline, eu gostaria que você
161 pudesse sim tirar aqui uma dúvida, em relação a essa questão de se colocar que ele, independente
162 do aporte, inclusive financeiro, que estamos com esse problema no Estado, através do MMA, que
163 esse coletivo possa existir. Qual é o questionamento? Se não vai mais haver recurso para serem
164 direcionados para esses coletivos. Porque os coletivos são trabalhados através de uma organização
165 não-governamental que apresenta o projeto ao Ministério do Meio Ambiente, que é analisado e
166 precisa das parcerias que devem ser comprovadas através de um reconhecimento, inclusive
167 institucional, porque, nós, através da Comissão Interinstitucional de Educação Ambiental, assinamos
168 o apoio ao Coletivo Educador do Estado, que inclusive só existe em dois, que é o Grupo de Interesse
169 Ambiental, GIA; e a grande dificuldade é por que a ONG não tem recurso para tocar esse coletivo.
170 Inclusive não tinha ainda iniciado, porque estava nessa pendência. Então o que eu te pergunto: o
171 funcionamento desse Coletivo Educador ficaria na pendência apenas dos parceiros? Não teria mais
172 essa inserção do Ministério na questão do aporte financeiro?

173
174
175
176
177
178
179
180
181
182
183
184
185
186
187
188
189
190
191
192
193
194
195
196
197
198
199
200
201
202
203
204
205
206
207
208
209
210
211
212
213
214
215
216
217
218
219
220
221
222
223
224
225
226
227
228
229
230
231
232
233
234
235

A SR.^a JACQUELINE MARTINS GOMES (DEA/MMA) – Não. Para esclarecer: são dois casos no estado do Ceará. Claro que essa situação acontece em outros estados, mas assim como outras situações de Coletivos Educadores que não são propostos, inclusive por ONGs, mas são propostos por prefeituras municipais, por outras instituições. Então, não é só essa a realidade do Coletivo Educador. Com relação ao aporte financeiro que esse programa tem, também queria esclarecer que na verdade, até hoje, só tivemos aporte para 22 Coletivos Educadores, que foram os primeiros que se articularam em função de um edital do Fundo Nacional do Meio Ambiente em 2005. Os restantes dos coletivos têm que ser articulados com bases nas parcerias, pela articulação territorial dessas instituições, ou então com o apoio de outros parceiros: Ministério das Cidades e outros programas dentro do próprio Ministério do Meio Ambiente. Então, o aporte financeiro do Departamento de Educação Ambiental, para a maior parte desses coletivos não existe. Na verdade não existe. O que temos oferecido até hoje é o apoio técnico, o apoio com publicações, com a formação desses coletivos. Esse aporte financeiro já não é uma realidade. Porque o Departamento de Educação Ambiental não tem previsão orçamentária para apoiar cada um desses coletivos. E é mais uma justificativa, porque se esses coletivos são reconhecidos como uma Política Pública de Educação Ambiental que não é só vinculada a um Departamento de um ministério, então eles são reconhecidos nacionalmente pelo CONAMA, é possível que outros ministérios, outras instâncias do poder público apoiem por seus meios. Que outros editais, não só do Fundo Nacional do Meio Ambiente, sejam feitos. Que apoio de instituições privadas sejam viabilizados; então, é justamente essa a nossa intenção, porque a realidade deles já não é a do aporte financeiro pelo MMA.

A SR.^a MARIA JOSÉ DE SOUSA HOLANDA (Governo Ceará) – Obrigada.

A SR.^a MARIA DO ROSÁRIO R. SERRA (Governo Bahia) – Me explique também o seguinte: como poderíamos ajudar; eu já entendi que essa descentralização... Abrir novas perspectivas para os coletivos, de aporte financeiro em outros Ministérios. E com relação aos governos de estado? Que perspectiva teríamos para os coletivos de apoio financeiro dos governos dos estados?

A SR.^a JACQUELINE MARTINS GOMES (DEA/MMA) – Não entendi a sua pergunta.

A SR.^a MARIA DO ROSÁRIO R. SERRA (Governo Bahia) – Não? É o seguinte: pelo que entendi do que você acabou de explicar, você está abrindo novas perspectivas de apoio financeiro para os Coletivos Educadores em outros Ministérios. Essa possibilidade teria também, nos governos dos estados apoiarem os coletivos?

A SR.^a JACQUELINE MARTINS GOMES (DEA/MMA) – Sim. Uma vez que eles são reconhecidos nacionalmente, então o Coletivo Educador é aquele grupo de instituições; ele é reconhecido pelo cadastro; se mantém no cadastro por que ele funciona articulado ao Programa Nacional de Educação Ambiental. Então assim, ele não se desvincula totalmente do MMA. Ele está articulado ao Programa Nacional de Educação Ambiental; ele está articulado ao Programa de Formação de Educadores Ambientais. Mas como ele tem uma articulação territorial, é possível que ele se articule às políticas estaduais de educação ambiental. Então, se o Estado reconhece o Coletivo Educador como uma instância possível de implementação de política estadual de educação ambiental, ele pode se articular. O estado do Rio de Janeiro, ele... Os Coletivos Educadores foram convidados a participar da CIEIA do Estado, e eles estão em andamento com um termo de referência para o Fundo Estadual de Meio Ambiente, que de alguma forma pontua os Coletivos Educadores para a implementação de projetos, então, para a participação de editais. É uma das formas, por exemplo, de articulação do Coletivo Educador com uma política estadual de educação ambiental. É possível. É o nosso desejo que o Coletivo Educador não se refira a uma instância federal, mas que ele seja reconhecido e seja articulado a uma política pública municipal, à uma política pública estadual.

O SR. PAULO KLINKERT MALUHY (Oca Brasil) – Mais alguma questão ou intervenção de alguém presente? Cleide? Podemos passar então esse assunto?

A SR.^a CLEIDEMAR BATISTA VALÉRIO (CONAMA) – Pergunto se vocês fizeram uma leitura dessa proposta; se tem alguma contribuição. Acho que a Jaqueline poderia também ler. É muito longa para

236 ler? Aí se houver alguma emenda e alguma sugestão, iremos passando... Vocês teriam sugestões a
237 fazer ou não?
238

239 **A SR.^a JACQUELINE MARTINS GOMES (DEA/MMA)** – A proposta de resolução. “O Conselho
240 Nacional do Meio Ambiente - CONAMA, no uso das atribuições e competências que lhe são
241 conferidas pela Lei nº. 6.938, de 31 de agosto de 1981, regulamentada pelo Decreto nº. 99.274, de 6
242 de junho de 1990, e tendo em vista o disposto em seu Regimento Interno, resolve: Art. 1º - Instituir o
243 Cadastro Nacional de Coletivos Educadores – CNCE, com o objetivo de normatizar, aperfeiçoar,
244 divulgar e dinamizar o processo de cadastramento dos Coletivos Educadores que estejam em
245 consonância com o Programa Nacional de Educação Ambiental (ProNEA) e a Proposta Nacional de
246 Formação de Educadoras e Educadores Ambientais (ProFEA), além de manter em bancos de dados,
247 dar visibilidade e acompanhar a evolução dos Coletivos Educadores existentes no país. O cadastro
248 também deve ser utilizado como referência para a articulação Sociedade-Estado, Estado-Estado e
249 Sociedade-Sociedade no que tange a formulação de políticas públicas e programas territoriais de
250 educação ambiental. Capítulo I. Das disposições gerais: Art. 2º - O cadastramento no CNCE é
251 voluntário e será efetuado mediante o preenchimento do Sistema de Acompanhamento de Coletivos
252 Educadores (SACE) disponível no endereço eletrônico (www.mma.gov.br/ea) e envio da ficha de
253 cadastro, constante do Anexo desta Resolução, devidamente assinada pelo representante legal da
254 Instituição Articuladora do Coletivo Educador e demais documentos descritos no referido Anexo, à
255 Secretaria Executiva do CONAMA, através de carta registrada. Parágrafo Único - Cabe à instituição
256 articuladora do Coletivo Educador cadastrado a responsabilidade pelas informações prestadas. Art. 3º
257 - Compete à Secretaria Executiva do CONAMA manter as informações do CNCE em bancos de
258 dados e publicar, anualmente, a relação dos Coletivos Educadores cadastrados. Parágrafo Único - O
259 banco de dados será disponibilizado na internet, no endereço eletrônico do MMA. Art. 4º - Para efeito
260 desta Resolução conceitua-se: I - Coletivos Educadores conjunto de instituições, públicas e privadas,
261 movimentos sociais, organizações não-governamentais, redes e colegiados territoriais que, atuando
262 articulados ao Programa Nacional de Educação Ambiental (ProNEA), promovem processos
263 formativos permanentes, participativos, continuados e voltados à totalidade e diversidade de
264 habitantes de um determinado território. II - Território é a fração de um município ou uma grande
265 região como uma Bacia Hidrográfica, por exemplo. O fundamental é que o recorte territorial faça
266 sentido para as pessoas que nele estão circunscritas. III - Cada coletivo educador indicará, dentre
267 suas instituições formadoras, uma Instituição Articuladora para ser sua interlocutora preferencial com
268 os demais entes externos ao território, destacadamente o Órgão Gestor da PNEA”. Esclarecendo, o
269 Órgão Gestor da PNEA: MMA, MEC, na Política Nacional de Educação Ambiental. “Art. 5º - São
270 atribuições da Instituição Articuladora: Sistematizar as demandas do Coletivo Educador; solicitar o
271 cadastramento do Coletivo Educador no CNCE, bem como o cancelamento do cadastro;
272 disponibilizar as informações sobre as atividades do Coletivo Educador no Sistema de
273 Acompanhamento de Coletivos Educadores (SACE); enviar, semestralmente, relatório impresso e
274 assinado das atividades do Coletivo Educador, a partir das informações disponibilizadas no Sistema
275 de Acompanhamento de Coletivos Educadores (SACE); repassar a todo o grupo as informações e
276 acordos feitos no que diz respeito às ações do Coletivo Educador. Art. 6º: Será instituída uma
277 comissão provisória que deverá disciplinar o CNCE num prazo de 180 (cento e oitenta) dias a partir
278 de sua nomeação em Diário Oficial da União e será composta por: um membro da Câmara Técnica
279 de Educação Ambiental do CONAMA; um técnico do Departamento de Educação Ambiental do MMA;
280 um técnico da Coordenação Geral de Educação Ambiental do MEC; três representantes de Coletivos
281 Educadores de regiões diferentes do país. Parágrafo Único: A Secretaria Executiva do CONAMA terá
282 um prazo de 30 dias para instituir a Comissão Provisória do CNCE. Esta Resolução entra em vigor na
283 data de sua publicação”. Esse material que você tem na mão é uma justificativa. É uma
284 contextualização...
285

286 **O SR. PAULO KLINKERT MALUHY (Oca Brasil)** – Cleide? Vamos colocar então em votação o
287 texto?
288

289 **A SR.^a CLEIDEMAR BATISTA VALÉRIO (CONAMA)** – Eu gostaria de ouvir o Fernando, que é da
290 Câmara Técnica de Assuntos Jurídicos; ele faz o apoio para termos uma noção do procedimento
291 dentro da Câmara Técnica e o que é pertinente ou não de fazermos. Porque estamos estabelecendo
292 aqui obrigações para a CONAMA, e não sei se o CONAMA teria competência para fazer isso. Então,
293 o CONAMA tem uma série de competências que precisamos debruçar sobre elas.
294
295

296 **O SR. FERNANDO ANTUNES CAMINATI (CONAMA/MMA)** – Bom dia a todos. Sou da Assessoria
297 do CONAMA e trabalho na Câmara Técnica de Assuntos Jurídicos. Eu tinha conversado previamente,
298 tinha ouvido já um pouco das idéias sobre essa proposta de resolução e por isso eu vim correndo

299 para assistir a apresentação do Ministério e ver também como ficou o texto e tentar trazer alguma
300 contribuição. A preocupação nossa, eu tenho duas preocupações ao ver aqui; até peço desculpas
301 que não acompanhei toda a apresentação da Jaqueline, estava lendo aqui o parecer técnico. Uma
302 preocupação que a Câmara de Assuntos Jurídicos sempre tem é quanto à competência do CONAMA.
303 Que, afinal de contas, essa é a missão da Câmara Técnica mesmo. Ver se as propostas estão
304 enquadradas dentro daquilo que o CONAMA pode fazer; e essa é uma dificuldade sempre, porque
305 temos a impressão de que tudo cabe dentro da competência do CONAMA. E eu vejo que aqui, a
306 fundamentação na análise do parecer técnico está pontuando que a competência... A área de
307 atuação dessa Câmara Técnica de Educação Ambiental, segundo o Regimento do CONAMA é tratar
308 de indicadores de desempenho e avaliação, ações de educação ambiental nas políticas, programas e
309 projetos de governo. E, porém, não há nenhuma menção à Lei da PNEA. Aí eu pergunto se tem na
310 PNEA alguma coisa que eventualmente se chocasse com isso, porque, caso a CTAJ faça uma leitura
311 de que a Política Nacional já instituiu o Ministério da Educação ou o Ministério do Meio Ambiente ou
312 Órgão Gestor, como responsável por isso, eles poderiam atrapalhar a tramitação e barrar, vetar; dizer
313 que não é matéria de resolução, que deveria ser feito de outra forma. Só estou tentando antecipar um
314 pouco dos problemas que a CTAJ vai se debruçar, então, depois queria que vocês pensassem um
315 pouco a respeito disso. Quanto a colocação do CONAMA como Secretaria Executiva desse cadastro
316 e da Comissão Permanente, vejo que vocês tiveram como modelo o CNEA, é o Cadastro Nacional de
317 Entidades Ambientais; inclusive, Paulo Maluhy compõe a Comissão Permanente, mas tivemos
318 uma dificuldade no âmbito do Ministério do Meio Ambiente, porque a função de Secretaria Executiva
319 do CNEA, ela deixou de ser atribuição do Departamento de Apoio ao CONAMA e passou a ser
320 atribuição da SAIC, a Secretaria de Articulação Institucional e Cidadania Ambiental. Que é a
321 secretaria que foi criada o ano passado na reestruturação do MMA, e, até hoje estamos com essa
322 dúvida; o CNEA ainda vem sendo operado pelo CONAMA, mas os arquivos deles estão para sair,
323 porque estamos tendo esse problema interno no MMA. Porque foi atribuído a uma outra secretaria a
324 função que vinha sendo exercida pela Secretaria do CONAMA. Então a atribuição de uma nova
325 função com esse mesmo escopo pode... Não sei. Trazer alguma...

326
327 **A SR.^a PATRÍCIA PINTO (Oca Brasil)** – Porque tem movimentos das entidades também
328 contrárias....
329

330 **O SR. FERNANDO ANTUNES CAMINATI (CONAMA/MMA)** – Exatamente. Então, são duas
331 observações que eu faço. Porque fico preocupado no mérito, quanto ao escopo em geral, acho que é
332 muito interessante a proposta; acho bem legal, e tenho só essas duas preocupações: do ponto de
333 vista da fundamentação legal e da parte administrativa, que eventualmente mais para frente poderia
334 servir de crítica ou óbice à tramitação dessa matéria.
335

336
337 **A SR.^a MARIA JOSÉ DE SOUSA HOLANDA (Governo Ceará)** – Considerando as colocações do
338 Fernando, acho que aí seria uma questão que poderíamos ficar muito atentos, porque de repente,
339 nós fazemos essa aprovação, mas ela vai esbarrar na questão institucional, já que existe essa
340 Secretaria de Articulação Institucional e Cidadania Ambiental; e considerando que o Fernando
341 colocou que esse Cadastro Nacional de Entidades Ambientais está saindo do CONAMA para ir
342 para essa recém-criada secretaria, que foi criada o ano passado, seria o caso de se pensar se
343 também esse Cadastro de Coletivos Educadores, não estaria bem colocado dentro dessa Secretaria
344 de Articulação Institucional.
345

346
347 **O SR. FERNANDO ANTUNES CAMINATI (CONAMA/MMA)** – O próprio Departamento de Educação
348 Ambiental faz parte dessa secretaria.
349

350
351 **A SR.^a MARIA JOSÉ DE SOUSA HOLANDA (Governo Ceará)** – Então temos que ver isso com
352 cautela, para que não façamos um encaminhamento que depois retorne como impossível por conta
353 das questões institucionais.

354 **O SR. PAULO KLINKERT MALUHY (Oca Brasil)** – Bem, dentro dessa preocupação qual seria o
355 encaminhamento correto para que não retorne novamente à Câmara Técnica? Ao departamento
356 jurídico.
357

358
359 **O SR. FERNANDO ANTUNES CAMINATI (CONAMA/MMA)** – Difícil. Eu vejo a preocupação com
360 relação à Política Nacional de Educação Ambiental. Não há um sistema de educação ambiental...
361 Quer dizer, há um sistema, mas tem uma dificuldade em alguns aspectos. Principalmente na parte de

362 um conselho deliberativo; e, inclusive outras propostas que a Câmara de Educação Ambiental
363 encaminhou à Jurídica estão também esbarrando nesse aspecto. Eu vejo que a fundamentação
364 dentro da lei de política nacional é importante. Se for encontrado, aí é o pessoal DEA que vai ter que
365 ajudar; se for encontrada essa fundamentação, aí não acho que seja problema. E também trabalhar
366 com a idéia da competência do CONAMA na 6.938. Porque aqui na proposta não tem nem
367 “Considerandos”, normalmente essas resoluções do CONAMA sempre têm um monte de
368 “Considerandos”. Aqui só tem a ementa mesmo. Com a competência geral do CONAMA. A 6938 trás
369 aquelas atribuições e competências do CONAMA, mas, precisar dentro daqueles incisos qual é
370 aquele que estamos usando como suporte para sustentar essa resolução. Porque esse é um
371 questionamento que eles sempre fazem lá. E acho que trazer também a Lei da Política Nacional, para
372 mostrar que não estamos invadindo a área de outros órgãos; a atuação do MMA ou do Órgão Gestor.
373 Porque, por mais boa vontade que tenhamos, normalmente o pessoal sempre pega nesse aspecto, e
374 aí, a proposta pode estar excelente; se tem algum grupo que não tem interesse que ela vá para a
375 frente e tem uma insegurança jurídica, eles vão se apoiar nisso para poder barrar. Eu acho
376 importante procurar na Lei da Política Nacional.

377

378

379 **A SR.^a JACQUELINE MARTINS GOMES (DEA/MMA)** – Fernando, então com relação a essa
380 preocupação de sobreposição de competência a que você se refere, da Câmara Técnica do
381 CONAMA e do Órgão Gestor. Essa minuta de resolução vem sendo construída há um ano
382 aproximadamente, e ela tem sido fundamentada também, não há um Sistema Nacional de Educação
383 Ambiental oficialmente na forma da lei, mas há a proposta de um sistema. E essa resolução foi
384 construída também pautada nas competências que existem hoje para o Órgão Gestor e das outras
385 instâncias deliberativas, no caso, o CONAMA. Então, isso para dizer que, a área técnica construiu a
386 resolução considerando as competências dos órgãos e inclusive ressaltando a área de atuação da
387 CTEA, na área sobre indicadores de desempenho e de avaliação. Essa Resolução vem não só para
388 reconhecer os Coletivos Educadores para além do MMA, mas também vem como uma forma de
389 acompanhar e avaliar o funcionamento desses Coletivos Educadores. Com relação a isso eu acho
390 que não...

391

392

393 **O SR. FERNANDO ANTUNES CAMINATI (CONAMA/MMA)** – Com certeza aí está dentro da
394 competência do CONAMA, como um conselho que não é só normativo, mas é também consultivo;
395 então, prestar também esse apoio ao Órgão Gestor. Eu estou só polemizando; fazendo o advogado
396 do diabo para poder antecipar o questionamento que vai chegar depois. Talvez esse respeito a essas
397 outras instâncias, pudesse estar de alguma maneira consagrado, pelo menos um “considerando”.
398 Não sei. Para trazer uma segurança maior; quando os Conselheiros da Jurídica vierem analisar, não
399 vão achar que está sobrepondo.

400

401

402 **A SR.^a CLEIDEMAR BATISTA VALÉRIO (CONAMA)** – Fernando, considerando tudo isso que você
403 falou, queria acrescentar algumas coisas. Essa afirmação da Jaqueline, de que houve já a
404 preocupação em respeitar a competência dos órgãos e que acho que foi até aí que deu para avançar;
405 e que uma análise mais detalhada do aspecto jurídico é feito mesmo na Câmara Técnica de Assuntos
406 Jurídicos. Mesmo a CONJUR, a nossa coordenação, ela remete sempre à Câmara Técnica de
407 Assuntos Jurídicos; eu acho que poderíamos aprovar a resolução. Vocês tentariam elaborar, até o
408 final da manhã, alguns “Considerandos” salientando essa preocupação e antecipando um
409 embasamento para essa resolução, e passaríamos para o próximo ponto de pauta, enquanto vocês
410 fariam um ou dois “Considerandos” para entrar nesse contexto. E voltaríamos então daqui a pouco
411 para colocar isso, se vocês concordarem.

412

413

414 **O SR. PAULO KLINKERT MALUHY (Oca Brasil)** – De acordo todos? Ok.

415

416

417 **O SR. FERNANDO ANTUNES CAMINATI (CONAMA/MMA)** – Depois vocês passam pelos outros
418 artigos? Vocês vão passar pelos artigos agora ou depois?

419

420

421 **A SR.^a CLEIDEMAR BATISTA VALÉRIO (CONAMA)** – Existe alguma alteração? Eu imaginei
422 “considerando”. Nós não temos aqui elementos, Fernando, para alterar os artigos. Principalmente,
423 fiquei mais tranqüila, quando ela disse que o departamento teve a preocupação de respeitar as
424 competências e etc.

425
426
427
428
429
430
431
432
433
434
435
436
437
438
439
440
441
442
443
444
445
446
447
448
449
450
451
452
453
454
455
456
457
458
459
460
461
462
463
464
465
466
467
468
469
470
471
472
473
474
475
476
477
478
479
480
481
482
483
484
485
486
487

A SR.^a MARIA DO ROSÁRIO R. SERRA (Governo Bahia) – Me parece que o conteúdo da resolução já está aprovado. Agora só iremos fazer a inserção dos “Considerandos”, contextualizando o conteúdo com os incisos das competências do CONAMA. Não seria isso?

O SR. FERNANDO ANTUNES CAMINATI (CONAMA/MMA) – Acho que pelo menos um para fazer uma segurança maior para eles.

O SR. PAULO KLINKERT MALUHY (Oca Brasil) – Então assim colocado, quando daremos continuidade a esse assunto?

A SR.^a CLEIDEMAR BATISTA VALÉRIO (CONAMA) – Assim que os “Considerandos” estiverem prontos.

O SR. PAULO KLINKERT MALUHY (Oca Brasil) – Vamos fazer isso ainda hoje?

A SR.^a JACQUELINE MARTINS GOMES (DEA/MMA) – É possível que nos retiremos então, para elaborar e retornamos na seqüência.

O SR. PAULO KLINKERT MALUHY (Oca Brasil) – Então vamos dando continuidade, partindo então do 3.1, dos Coletivos Educadores, para o item 3.2, que é o processo 02000.001992/2006-11, que é a Proposta de Inserção do conteúdo "Bacias Hidrografias Locais", na Grade Curricular do Ensino Fundamental Brasileiro. Quem vai apresentar? Laula, você queria tomar palavra para falar a respeito da proposta?

A SR.^a LAESTANISLAULA SOUSA DA SILVA (SRHU/MMA) – Bom dia a todos. Sou Analista Ambiental, representante da Secretaria de Recursos Hídricos na CTEM, DO Conselho Nacional de Recursos Hídricos, que é a Câmara Técnica de Educação, Capacitação, Mobilização Social e Informação de Recursos Hídricos. Eu estive presente na reunião da CTEA passada e me foi solicitado que fizesse o histórico de como o assunto sobre bacias hidrográficas foi discutido no âmbito da CTEM para poder subsidiar essa discussão que está em pauta na CTEA. Em dezembro de 2006 a CTEM constituiu um grupo de trabalho chamado GT Sistemas de Ensino para analisar e discutir mecanismos de difusão da Política Nacional de Recursos Hídricos no âmbito dos sistemas de ensino. E, neste momento, a CTEM fez uma análise da proposição da Proposta de Diretrizes Curriculares de Ensino Nacional para a Educação Ambiental, que estava sendo discutida no âmbito do Plano Nacional de Educação. Entre outras coisas, dentro do Plano Nacional de Educação, está sendo discutida uma proposta de diretrizes curriculares nacionais para a Educação Ambiental. E, tendo conhecimento dessa demanda no âmbito da CTEM sobre bacias hidrográficas; a CTEM propôs à CTEA uma discussão, entre outros assuntos relacionados à temática “Água”, a questão de discutir o tema de bacias hidrográficas. Para isso solicitou que fosse feita uma apresentação que foi realizada no âmbito da CTEA, no qual o Luciano Chagas, que é da Coordenação Geral de Educação Ambiental do Ministério da Educação fez uma apresentação, junto com a Beritiz que era coordenadora desse grupo de trabalho. E eles apresentaram essa Proposta de Diretrizes Nacionais de Educação Ambiental e uma proposta de atuação conjunta entre as duas câmaras técnicas para discutirem o assunto; da inserção da questão da temática “Água” na questão das diretrizes curriculares. Bom, como não foi estabelecido nenhum trabalho conjunto, não ficou estabelecido nada, a CTEM encaminhou então, através do GT de Ensino, uma proposta; encaminhou para o Departamento de Educação Ambiental... Aliás, à Coordenação de Educação Ambiental do Ministério da Educação, uma proposta de ser inserida a temática “Bacias Hidrográficas” dentro dessa proposta de Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Ambiental. Isso foi feito então, os técnicos encaminharam essa proposta para a Coordenação; a Coordenação contemplou a proposta, colocou um documento e esse documento foi encaminhado para o Conselho Nacional de Educação e até hoje está em discussão. Como houve uma reformulação do Colegiado do Conselho Nacional, essa discussão ainda não está sendo discutida. Foi deixada de lado até o próprio órgão se reestruturar para eles retomarem uma nova discussão. Conversei com Luciano Chagas que trabalhou nessa proposta, ele

488 me deu essa informação e me encaminhou o documento que encaminhei para a Cleide, não é? Que
489 pode ser disponibilizado para vocês. Eu posso até, inclusive ler aqui. Tenho aqui em minhas mãos a
490 proposta e dentro da proposta foi inserida a contribuição da CTEM nesse sentido. Vou ler para todos.
491 Dentro lá do item três que são: “Diretrizes Gerais para todos os níveis, e modalidades de ensino e
492 aprendizagem”, no item três está assim: “Abordagem crítica dos aspectos constituintes e
493 determinantes da dinâmica da hidrosfera, atmosfera, biosfera, sociosfera, tecnosfera,
494 contextualizando os conhecimentos a partir da dinâmica da paisagem, da bacia hidrográfica, do
495 bioma, do clima, dos processos geológicos, das ações antrópicas e suas interações, analisando os
496 diferentes recortes territoriais, cujas riquezas e potencialidades os usos e os problemas devem ser
497 identificados e valorados”. Então isso contemplou a proposta que foi encaminhada à CTEM; está
498 dentro do documento na parte de “Diretrizes Gerais para todos os níveis e modalidades de ensino e
499 aprendizagem”. Com isso eu vejo que, de certo modo, encontra-se contemplada essa proposta que
500 foi enviada a essa Câmara Técnica em discussão sobre a questão da inserção da temática “Bacias
501 Hidrográficas” nos sistemas de ensino.
502

503

504 **O SR. PAULO KLINKERT MALUHY (Oca Brasil)** – Bem, Senhores Conselheiros têm alguma
505 apreciação a fazer em cima da matéria?
506

507

508 **A SR.^a MARIA JOSÉ DE SOUSA HOLANDA (Governo Ceará)** – Eu vejo da seguinte forma. O
509 Conselho Nacional de Educação que faz essas considerações para inserções de temas que deverão
510 ser levados na grade curricular. Quando tratamos de grade curricular, é uma grande questão, um
511 tanto séria em relação às Secretarias de Educação. E eu vejo isso de uma forma prática, no momento
512 em que, as Secretarias de Meio Ambiente de todos os estados, sem praticamente nenhuma exceção,
513 conforme o encontro que tivemos em Salvador no ano passado, onde estavam EMAs e secretarias de
514 educação estaduais. A grande dificuldade das secretarias de educação nos estados? Conseguir
515 trabalhar de forma articulada com as secretarias de meio ambiente, introduzindo, de forma
516 transversal, que está estabelecido nos parâmetros curriculares nacionais; a questão do meio
517 ambiente. Tanto que no estado do Ceará estamos fazendo um Curso de Formação para Educadores
518 Ambientais, professores, para que eles consigam trabalhar a Educação Ambiental realmente de
519 forma transversal, porque está estabelecido nos parâmetros curriculares nacionais; mas, na prática,
520 eu pergunto aqui: dos estados presentes qual o que realmente tem toda a sua grade incluída... Esses
521 temas transversais. Aí eu pergunto: a competência de encaminharmos uma recomendação quando
522 ainda não foi discutida pelo Conselho Nacional de Educação ambiental? Aí seria o caso, na minha
523 visão, de que pudéssemos fazer uma consideração direcionada ao Conselho de Educação; ou uma
524 gestão ao Conselho de Educação para que o conselho discutisse e resolvesse essa questão. Porque
525 não sei se nós aqui teríamos essa competência de encaminhar isso aí.
526

527

528 **A SR.^a CLEIDEMAR BATISTA VALÉRIO (CONAMA)** – Me permite um esclarecimento? Olha, não
529 estamos discutindo aqui o envio de nenhuma proposta. O que ela está dizendo, ela trouxe um
530 histórico, de que uma outra Câmara Técnica do Conselho Nacional de Recursos Hídricos e não do
531 CONAMA já enviou uma proposta, porque ela sim tem competência para isso. O CONAMA, se nós
532 temos uma câmara dentro do Ministério, um conselho que trata de recursos hídricos, o CONAMA não
533 devia, realmente, mandar isso daí. Estamos com essa pendência há muito tempo. Não resolvemos e
534 faltava esse histórico para ficarmos tranquilos de que não estamos nos omitindo, porque outro
535 conselho, que é o Conselho Nacional de Recursos Hídricos já fez os encaminhamentos sobre a
536 proposta de inserção curricular para as instâncias competentes. Estamos com o histórico que foi feito,
537 que, portanto, essa proposta, essa sugestão, essa recomendação que surgiu em 2006 em um
538 Seminário de Educação Ambiental, já está atendido pelo órgão, porque naquela época era uma
539 reunião conjunta das duas câmaras. Como era conjunta enviou para as duas câmaras; nós tínhamos
540 dificuldades em ver a competência do CONAMA nessa atuação, e, enquanto isso o Conselho
541 Nacional de Recursos Hídricos da Câmara Técnica de Educação Ambiental adiantou o seu papel,
542 que era pertinente a ele; e eu acho que está superado o assunto. A nossa proposta para vir aqui era
543 que considerasse que o objeto desse processo já está superado, e que com isso poderíamos arquivar
544 o processo. Tirar de pauta e arquivar o processo.
545

546

547 **A SR.^a MARIA JOSÉ DE SOUSA HOLANDA (Governo Ceará)** – Eu compreendi isso desde o
548 primeiro momento que eu li essa proposta. Certo? Exatamente isso que você acabou de colocar: que
549 estaria aqui apenas para justificar a retirada de pauta, cuja competência não cabe a nós. Exatamente
550 isso. Desde o primeiro momento então, até falei assim: porque está há tanto tempo? Lembra que eu

551 perguntei das vezes anteriores? Porque realmente eu achava que quando se trata de grade curricular
552 é uma coisa muito restrita ao Conselho Nacional de Educação.

553

554

555 **A SR^a. LAESTANISLAULA SOUSA DA SILVA (SRHU/MMA)** – Eu conversei com o Luciano da
556 Coordenação de Educação Ambiental do Ministério da Educação, que participou de todo o processo
557 de elaboração dessa proposta. Ele não me disse como foi discutido até então, dentro de lá da
558 coordenação, essa proposta até chegar ao conselho. Mas me disse que esse documento foi colocado
559 à consulta pública. Foi um documento que foi disponibilizado; essa Proposta de Diretrizes Nacionais
560 para Educação foi disponibilizada para que os diversos setores pudessem dar as suas contribuições.
561 Então, nesse sentido, a CTEM deu as suas contribuições. Como foi o trâmite até o documento ser
562 formatado, chegar ao conselho, isso eu não sei dizer. Foi nesse sentido. Como qualquer outra
563 instituição poderia também dar as suas contribuições.

564

565

566 **O SR. PAULO KLINKERT MALUHY (Oca Brasil)** – Mais alguma consideração dos Senhores
567 Conselheiros? Então, postas essas considerações, podemos retirar então de pauta? Então todos de
568 acordo. Fica a retirada da pauta desse processo, que é a proposta de inserção de conteúdo de
569 “Bacias Hidrográficas” na grade curricular do ensino fundamental brasileiro.

570

571

572 **A SR.^a CLEIDEMAR BATISTA VALÉRIO (CONAMA)** – Podemos então mandar arquivar o processo,
573 certo? Está vencido o objeto desse processo e vamos mandar arquivar. Concordam com isso?

574

575

576 **A SR^a. LAESTANISLAULA SOUSA DA SILVA (SRHU/MMA)** – Só uma última ressalva, que é
577 importante observar que este assunto está contemplado no documento, mas o documento ainda está
578 em discussão. O que pode acontecer de ser modificado. Tirar essa página. Então, é importante que
579 todos possam acompanhar como está sendo feita essa discussão, a nível de Conselho Nacional de
580 Educação, para observar se vai ser contemplado ou não.

581

582

583 **O SR. PAULO KLINKERT MALUHY (Oca Brasil)** – Mais algum Conselheiro gostaria que esses
584 encaminhamentos fossem mandados para a Câmara Técnica ou não há necessidade? Não há
585 necessidade. OK. Vamos partir para o próximo item. É o 3 3. Trata de sugestão de retirada de pauta
586 da Câmara Técnica de Assuntos Jurídicos e volta para a Câmara Técnica de Educação Ambiental.
587 Cleide. Por favor.

588

589

590 **A SR.^a CLEIDEMAR BATISTA VALÉRIO (CONAMA)** – Sim. É aquilo que já tínhamos conversado
591 antes, da necessidade que sentimos de, primeiro, em função do parecer dos Conselheiros, dos
592 pareceres, das manifestações dos Conselheiros para que houvesse uma melhor integração; uma
593 consolidação das duas propostas em uma só. E houve uma manifestação do representante do
594 Governo de São Paulo, para que levasse para a sua equipe, para termos então, contribuições e
595 discussões mais ampliadas dessa proposta. Nós... Rachel e Viviane já se articularam com a Malu,
596 que é a Coordenadora de Educação Ambiental de São Paulo; e elas fizeram a primeira aproximação
597 dessa proposta consolidada. Mas a Malu gostaria de ampliar essa discussão, e por isso estamos
598 recomendando que o Presidente desta Câmara Técnica solicite a retirada de pauta da Câmara
599 Técnica de Assuntos Jurídicos para que a gente possa então consolidar e ampliar um pouco mais a
600 discussão dessa proposta.

601

602

603 **O SR. PAULO KLINKERT MALUHY (Oca Brasil)** – Assim colocado pelos Conselheiros fica
604 aprovado? Então fica aprovada a sugestão de retirada de pauta da Câmara Técnica Assuntos
605 Jurídicos e voltando para a Câmara Técnica de Educação Ambiental. Vamos passar então para o
606 item 3.4. Processo 02000.001478/2006-86. Trata-se de “Recomendação para inserção da dimensão
607 ambiental nas atividades administrativas e operacionais na administração pública”. São duas
608 propostas de recomendação com justificativa, não é isso? Estão todos a par dessas propostas?
609 Então seria necessária a leitura da proposta?

610

611

612 **A SR.^a CLEIDEMAR BATISTA VALÉRIO (CONAMA)** – A pessoa que é o Elder, que fez a proposta
613 não está aqui hoje para defendê-la, então, vai ficar prejudicado. E aí temos a parte dos Coletivos
614 Educadores que poderíamos tentar avançar.

615
616
617 **O SR. PAULO KLINKERT MALUHY (Oca Brasil)** – Então vamos transferir esse item 3.4 para a
618 próxima reunião. Para a próxima reunião fica incluída essa recomendação para a inserção da
619 dimensão ambiental nas atividades administrativas e operacionais da administração pública. OK.
620 Todos de acordo? Vamos para o item 3.5. Cleide qual seria agora esse item?

621
622
623 **A SR.^a CLEIDEMAR BATISTA VALÉRIO (CONAMA)** – Centros de Educação Ambiental. Proposta
624 de recomendação para os CEAs.

625
626
627 **O SR. PAULO KLINKERT MALUHY (Oca Brasil)** – Então o item 3.2 passa a ser o item 3.5. É o
628 processo nº. 02000.003134/2005-21. Proposta de recomendação para os CEAs, Centro de Educação
629 Ambiental. Cleide, essa proposta de recomendação... Todos estão cientes dessa proposta? Há a
630 necessidade de leituras e comentários?

631
632
633 **A SR.^a CLEIDEMAR BATISTA VALÉRIO (CONAMA)** – Queria só lembrar que já tivemos uma
634 primeira aproximação. Já foi discutido na 13ª Reunião da Câmara Técnica, e depois, em função dos
635 itens; de ter sido superado o prazo para discuti-las, elas não voltaram à discussão. Hoje nós estamos
636 retomando essa discussão. As propostas que foram acrescentadas estão em vermelho e poderíamos
637 fazer uma leitura rápida e ver se tem mais alguma para ser acrescentado.

638
639
640 **O SR. PAULO KLINKERT MALUHY (Oca Brasil)** – Então vamos fazer a leitura dessa proposta para
641 o conhecimento de todos Cleide? Então, a recomendação CONAMA, 2005. Versão Oriunda da 13ª
642 Reunião da Câmara Técnica de Educação Ambiental. 14 de agosto de 2007. Centre/IBAMA. “O
643 Conselho Nacional do Meio Ambiente - CONAMA, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela
644 Lei nº. 6.938, de 31 de agosto de 1981, regulamentada pelo Decreto nº 99.274, de 6 de junho de
645 1990, alterado pelo Decreto nº 3.942, de 27 de setembro de 2001, e tendo em vista o disposto em
646 seu Regimento Interno, e; Considerando os princípios de sustentabilidade propostos na Agenda 21
647 Global em 1992, e na Agenda 21 Brasileira, concluída em 16 de julho de 2002, como resultado dos
648 trabalhos de consulta à sociedade brasileira, coordenados pela Comissão de Políticas de
649 Desenvolvimento Sustentável; Considerando a necessidade de garantir a observância, no âmbito da
650 administração pública, dos princípios da Política Nacional de Meio Ambiente, estabelecida pela Lei nº.
651 6938/81, e da Política Nacional de Educação Ambiental, estabelecida pela Lei nº. 9795/99;
652 Considerando a importância de os órgãos governamentais liderarem o processo de adoção de novos
653 padrões de desempenho ambiental em suas instalações prediais, operações e procedimentos
654 administrativos, tendo em vista a ampliação das experiências desenvolvidas pela A3P – Agenda
655 Ambiental na Administração Pública, no âmbito do Governo Federal. Considerando que os governos
656 são significativos consumidores e também produtores de bens e serviços, e que através de uma
657 política de compras e de melhoria do desempenho ambiental em suas instalações prediais,
658 operações e procedimentos administrativos, podem contribuir significativamente para que se
659 alcancem padrões mais sustentáveis de consumo e de produção; Considerando as recomendações
660 feitas pelos países membros, durante a Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e
661 Desenvolvimento, em 1992, quanto à promoção de mudança dos padrões de consumo, e da revisão
662 e melhoria das políticas governamentais de aquisição e contratação de serviços, e ainda do programa
663 de trabalho adotado pela decisão da Terceira Sessão da Comissão das Nações Unidas sobre
664 Desenvolvimento Sustentável ocorrida em Maio de 2002; Considerando que a melhoria do
665 desempenho ambiental nas instalações, nas operações e nos procedimentos governamentais pode
666 ter efeitos positivos e benéficos que vão além da esfera ambiental, incluindo a redução de custos de
667 operação, a geração de empregos e renda e, ainda, a oportunidade de novos serviços ambientais;
668 Considerando que o Brasil, por ocasião da reatização da 13ª Reunião dos Ministros de Meio
669 Ambiente da América Latina e do Caribe (Rio de Janeiro, 2002) incluiu dentre os seus temas
670 ambientais estratégicos, a adoção de instrumentos voluntários de gestão ambiental, importantes para
671 complementar e modernizar a atuação do setor público na gestão do meio ambiente, incentivando
672 tanto o setor privado como o setor público a desenvolverem ações de caráter preventivo,
673 racionalizando o uso de recursos naturais e minimizando a geração de resíduos, recomenda: 1. que
674 os órgãos governamentais federais, estaduais, distritais e municipais desenvolvam e adotem

675 estratégias para a melhoria contínua do desempenho ambiental, inclusive com a inserção da
676 educação ambiental nas suas operações procedimentos, ações e nas instalações prediais, incluindo
677 aquelas relacionadas ao processo de tomada de decisão; 2. que os governos procurem: (a) identificar
678 oportunidades de melhoria ambiental, estabelecendo metas e prazos para a otimização do uso de
679 energia, água e materiais de expediente utilizando no dia-a-dia das suas atividades, em particular por
680 meio de ações de redução, reutilização, reciclagem ou recuperação/reforma; (b) encorajar o uso
681 eficiente e a conservação dos recursos naturais e minimizar a geração de resíduos no design, na
682 construção, em reformas e no descomissionamento dos prédios governamentais e em suas
683 instalações de apoio; (c) estudar, estabelecer e implementar políticas de aquisição de bens e a
684 contratação de serviços ambientalmente saudáveis para uso dos governos; (d) adotar princípios de
685 gestão ambiental e educação ambiental, em particular, abordagens semelhantes aos sistemas de
686 gestão ambiental em cada estágio do desenvolvimento e das operações ocorridas em prédios
687 próprios ou nos ocupados pelos órgãos de governo; (e) estabelecer sistemas apropriados para
688 monitorar a evolução e a avaliação das estratégias para melhoria do desempenho ambiental dos
689 órgãos de governo; (f) adotar análises sistemáticas apropriadas, como a avaliação econômica e dos
690 procedimentos de avaliação de impacto ambiental para selecionar, entre outros: projetos de
691 investimentos públicos de grande porte, instrumentos de incentivos e desincentivos voltados...”.

692
693

694 **A SR.^a MARIA JOSÉ DE SOUSA HOLANDA (Governo Ceará)** - Por favor, eu solicitaria a retirada
695 dessa palavra, uma vez que ela não existe na nossa língua portuguesa. “Desincentivos”. Ela pode ter
696 “incentivos” ou não. Mas, desincentivos não existe.

697
698

699 **O SR. PAULO KLINKERT MALUHY (Oca Brasil)** – Então vamos substituir essa palavra: “...
700 instrumentos de incentivo voltados a ecoeficiência e, tecnologias que garantam melhor desempenho
701 ambiental”. Todos de acordo? Nova redação? “3. que os governos devem: (a) estabelecer
702 mecanismos efetivos para consulta e cooperação entre as instituições públicas para facilitar a
703 inserção da dimensão ambiental em outros processos de tomada de decisão relativas às operação e
704 instalações prediais governamentais; (b) promover a conscientização dos servidores públicos sobre
705 as questões ambientais, por exemplo, por meio do estabelecimento e desenvolvimento de programas
706 de treinamento, estímulos à conscientização por meio visual (exposições), oral (palestras), oficinas
707 educativas e outros, programas de premiação/reconhecimento, códigos de boas práticas ambientais,
708 normas e regulamentos, etc.; (c) cooperar e apoiar o desenvolvimento de projetos-piloto, envolvendo
709 quando apropriado, o setor privado, nas questões relativas às práticas de aquisição de bens e na
710 contratação de serviços governamentais e na gestão ambientalmente correta nas operações e
711 instalações prediais; (d) promover formas adequadas para a discussão, divulgação e troca dai
712 informações, dados e resultados dos esforços e as ações voltadas à melhoria do desempenho
713 ambiental dos órgãos governamentais dando maior efetividade a esta recomendação. 3. que os
714 órgãos governamentais integrantes do SISNAMA procurem: (a) dar apoio aos demais órgãos
715 governamentais que desejem implementar ações de melhoria do desempenho ambiental nas
716 operações, procedimentos e instalações prediais, entre outros promovendo o compartilhamento de
717 informações, por exemplo, por meio da coleta e disseminação de “boas práticas” utilizadas por outras
718 instituições; (b) monitorar, assessorar e promover a difusão de informações entre as instituições
719 governamentais relativas às ações de implementação destas recomendações, principalmente,
720 produzindo relatórios técnicos sobre a evolução das ações e dos encontros técnicos sobre o tema
721 ambiental. E; (c) elaborar relatórios técnicos executivos, no seu nível administrativo, que contenham
722 informações sobre o andamento de ações adotadas pelos órgãos de governo no nível local,
723 identificando as barreiras e os obstáculos encontrados na implementação destas ações, a cada dois
724 anos a contar da adoção desta recomendação. Marina Silva. Presidente do CONAMA”. Conselheiros
725 após a leitura, alguma consideração na matéria? Bem, então estando todos de acordo com a leitura
726 dessa matéria, prosseguimos então Cleide. Qual o procedimento?

727
728

729 **A SR.^a CLEIDEMAR BATISTA VALÉRIO (CONAMA)** – Consideramos aprovado, se não há
730 nenhuma objeção e o próximo passo é o encaminhamento para a Câmara Técnica de Assuntos
731 Jurídicos.

732
733

734 **O SR. PAULO KLINKERT MALUHY (Oca Brasil)** – Então, aprovado com essas considerações.

735
736

737 **A SR.^a CLEIDEMAR BATISTA VALÉRIO (CONAMA)** – Eu gostaria que nesse tempo que ainda
738 temos fizéssemos já as atualizações dos nomes para que quando chegasse à discussão
739 propriamente do detalhamento do programa, já tivéssemos todas as recomendações. Eu recebi dois
740 nomes que a Paula mandou e também o objetivo que ela nos enviou. Vamos colocar esses dois
741 nomes naquela proposta mais ampliada, viu Roberto? Aquela proposta ampliada do seminário...

742
743

744 **O SR. PAULO KLINKERT MALUHY (Oca Brasil)** – Vamos tratar então desse assunto? Da questão
745 dos nomes que poderiam participar desse seminário?

746
747

748 **A SR.^a CLEIDEMAR BATISTA VALÉRIO (CONAMA)** – Pessoal, vou pedir que ele abra a proposta
749 do Seminário que tem os nomes e vamos colocar os nomes das seguintes pessoas, que chegaram
750 ontem para mim da Ana Paula. “Conforme conversa”, quem está mandando é Vanja Brito. Elas
751 estiveram em um Seminário e a Vanja, que participou desse Seminário, mandou para a Ana Paula.
752 “Conforme conversa por telefone, estamos passando os dados e referências de pessoas para o
753 “Encontro: Licenciamento e Educação Ambiental”. Estela estava realizando um trabalho maravilhoso.
754 A Estela é um dos nomes que ele vai colocar lá. Chegou a fazer um TDR; estava com um diagnóstico
755 de conflitos para ser executado; está para lançar um livro sobre educação e licenciamento, construída
756 a partir de uma formação com orientação e a mediação de Carlos Frederico Loureiro. Atualmente o
757 CRA não tem mais coordenação de educação ambiental, mas a equipe está sobre a responsabilidade
758 de Tosa”. Paula então nos passou esses nomes que estou passando para vocês até colocarmos lá
759 na tela.

760 *(Intervenção fora do microfone)*

761
762

763 **O SR. PAULO KLINKERT MALUHY (Oca Brasil)** – Como vem vindo já da reunião passada a sua
764 proposta, e você prometeu trazer consolidada nesta reunião, vamos considerar a proposta da Bahia e
765 vamos deixar em desconsideração a do Paraná?

766
767

768 **A SR.^a CLEIDEMAR BATISTA VALÉRIO (CONAMA)** – Não. A do Paraná está vindo às 13h30min,
769 que é o horário que vamos começar a discussão do Seminário.

770
771

772 **O SR. PAULO KLINKERT MALUHY (Oca Brasil)** – Então vamos colocar em votação as duas
773 propostas.

774
775

776 **A SR.^a MARIA DO ROSÁRIO R. SERRA (Governo Bahia)** – Eu queria dizer que conforme
777 encaminhamentos na última reunião, fizemos várias reuniões lá, inclusive com o secretário, e eu já
778 trouxe aqui a proposta consolidada do Governo do Estado da Bahia para a realização do Seminário
779 em Salvador. E também oportunamente quero pedir, porque eu sugeri na última reunião que o
780 Eduardo Mattedi, que é Superintendente de Políticas para a Sustentabilidade da SEMA, Bahia; nós
781 colocamos ele na Mesa Redonda compartilhando diferenças. E a especialização dele é com
782 responsabilidade social. Então, eu queria sugerir a troca. Colocar ele como coordenador da Mesa
783 Redonda Responsabilidade Sócio-ambiental e Balanço Social. Eu vou proceder aqui a leitura da carta
784 do Secretário de Meio Ambiente da SEMA Bahia. “Senhor Diretor. Considerando a realização do
785 Seminário: Desafios da Educação Ambiental do Setor Empresarial e Sindical pelo CONAMA, e tendo
786 o Governo do Estado de Bahia, através de sua representação na Câmara Técnica de Educação
787 Ambiental, reiterado o interesse desse Estado da Bahia em sediar o referido evento, vimos através do
788 presente, assegurar os recursos e condições necessárias ratificando o nosso compromisso e apoio
789 conforme itens em anexo”. Então, teríamos o apoio do Governo da Bahia no local, para a realização
790 do evento, com auditórios, salas, inclusive esse material eu tenho aqui em *pendrive*. “O local para a
791 realização do evento com auditórios, três salas no mínimo para atividades em grupo; sala de apoio ao
792 evento, com mesas para secretária, imprensa; o credenciamento. Alimentação para 200 pessoas; 200
793 participantes. Água mineral e café para atender ao auditório e salas de apoio; almoço para até 100
794 participantes; hospedagem para até 100 participantes, com inscrições confirmadas, em apartamentos
795 duplos com dez dias de antecedência com direito a café da manhã e jantar. Pessoal de apoio mínimo
796 de duas secretárias para o credenciamento e apoio durante o evento; material de consumo: pastas,
797 blocos de anotação, *banner*, *folders*, certificados, canetas, folhas para *flipchart*, copos descartáveis,
798 crachás. Equipamentos: *data show*, computadores, *flipchart*, microfone sem fio para auditório. Está
799 previsto a participação do Setor Empresarial, Setor Sindical, sociedade civil, órgãos do Governo
Federal, do governo estadual e dos governos municipais”. Eu trouxe também aqui no *pendrive*, já

800 houve um contato com a FIEB e fomos convidados para a reunião do Conselho de Meio Ambiente da
801 FIEB, que será dia 21 e nessa reunião vamos apresentar um projeto executivo do seminário, que está
802 aqui. Uma minuta para todos contribuímos e fecharmos o projeto aqui, de preferência. Fechamos
803 aqui e eu já apresento no dia 21, na reunião do Conselho do Meio Ambiente da FIEB.
804

805 **A SR.^a CLEIDEMAR BATISTA VALÉRIO (CONAMA)** – Eu tenho também uma carta encaminhada
806 ao Ministro, da ITAIPUB Nacional: “Excelentíssimo Senhor Carlos Minc, Ministro de Estado de Meio
807 Ambiente, Ministério do Meio Ambiente, com cópia para Nilo Sérgio Diniz, Diretor do Departamento
808 de Apoio. Assunto: Seminário Nacional - Desafios e Perspectivas na Educação Ambiental no Setor
809 Empresarial e Sindical. Senhor Ministro, cumprimentando e fazendo referência à correspondência
810 enviada pelo Governo do Estado do Paraná, em 14 de agosto de 2008, onde este Estado coloca-se,
811 através da Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Recurso Hídricos, SEMA-PR, como proponente
812 para a realização do Seminário Nacional - Desafios e Perspectivas da Educação Ambiental no Setor
813 Empresarial e Sindical. Temos a satisfação de informar que nos colocamos como um dos parceiros
814 para sua efetivação em Foz do Iguaçu. Fizemos já em vista, um pré-reserva de espaço físico para a
815 realização nos dias 25 a 27 de novembro, com a reunião do CONAMA no dia 28”. Então a proposta
816 aqui é fazer uma reunião casada entre esse Seminário e uma Plenária do CONAMA; uma Plenária
817 Extraordinária. Com isso, foi até uma sugestão da Rachel, de darmos uma maior vinculação entre o
818 Seminário e o CONAMA, e também, estimula a participação de Conselheiros nesse seminário. Nós
819 temos também aqui a proposta de Itaipu e uma outra que veio para o Ministro.
820

821
822 **A SR.^a MARIA DO ROSÁRIO R. SERRA (Governo Bahia)** – Cleide, a extraordinária já está marcada
823 aí?
824

825
826 **A SR.^a CLEIDEMAR BATISTA VALÉRIO (CONAMA)** – Não. As discussões estão começando hoje.
827 Porque ela vai ser marcada se realmente houver o Seminário. São as duas alternativas.
828

829
830 **A SR.^a MARIA JOSÉ DE SOUSA HOLANDA (Governo Ceará)** – Acho muito saudável ter outras
831 propostas, demonstra o interesse de que possamos fazer um trabalho, assim, bem divulgado, só que
832 vejo a seguinte questão, essa proposta chegou num momento que já tínhamos avançado bastante na
833 questão da representação do Governo de Salvador, que antes mesmo da Rosário se fazer presente,
834 anteriormente, através da Tita, já tinha todo um trabalho para realizar em Salvador, e, então, vem
835 essa proposta do Governo do Paraná, quer dizer, em que momento... Inclusive a Cleide nos entregou
836 essa proposta que chegou para ela, já fez essa leitura aí, mas, assim, *tête-à-tête* aonde houve essa
837 discussão, com detalhamento, com tudo mais, para que isso venha a ser efetivado lá. Sei que nesse
838 momento não estamos discutindo a questão de onde vai, ou não, acontecer, que isso será feito no
839 período da tarde. Mas vejo da seguinte forma, estou colocando a questão Nordeste/Sul, para os
840 estados do Nordeste, principalmente o estado do Ceará, é muito difícil o deslocamento para Foz do
841 Iguaçu; nós passamos 12 horas, ou mais, para chegar à cidade de Foz do Iguaçu, porque temos que
842 fazer conexão, esperar 4 horas, em São Paulo, para pegar o voo que chega a Porto Alegre. Então,
843 acho que isso inviabiliza para nós que somos nordestinos, não apenas na questão do horário de
844 deslocamento, mas recurso financeiro do órgão ambiental para financiar essas viagens, que, com
845 certeza, não é só uma pessoa do órgão que irá, o próprio Secretário de Estado deverá estar aí. Vejo
846 isso como uma preocupação.
847

848
849 **A SR.^a CLEIDEMAR BATISTA VALÉRIO (CONAMA)** – Eu gostaria que... Nós vamos conversar, não
850 estou aqui com mandato para definir nada, pedi que o Nilo participasse dessa reunião, ele está vindo
851 aqui. Nós poderíamos suspender, acho pertinente todas essas colocações, gostaria que fossem
852 recolocadas. Sugiro que retornemos às 13h30min, em ponto, para não atrasar com o Nilo, para
853 retomarmos a discussão, apresentando as propostas, os nomes. No início não vamos trabalhar com
854 normas, fechar a Mesa e etc., para aproveitar a presença do Nilo mais na parte de procedimento, na
855 parte de decisão. Então batemos o martelo, pelo menos, no local.
856

857
858 **O SR. PAULO KLINKERT MALUHY (Oca Brasil)** – Vamos encerrar esse período da manhã,
859 voltamos às 13h30min. Então, bom almoço a todos.
860

861
862 *(Intervalo para almoço)*

863
864
865
866
867
868
869
870
871
872
873
874
875
876
877
878
879
880
881
882
883
884
885
886
887
888
889
890
891
892
893
894
895
896
897
898
899
900
901
902
903
904
905
906
907
908
909
910
911
912
913
914
915
916
917
918
919
920
921
922
923
924
925

O SR. PAULO KLINKERT MALUHY (Oca Brasil) – Boa tarde a todos. Boa tarde, Nilo, obrigado pela presença, apoio sempre fundamental. Vamos voltar ao item 3.1, Cadastro Nacional de Coletivos Educadores, as alterações já foram observadas, já podemos passar para a leitura das alterações.

A SR.^a JACQUELINE MARTINS GOMES (DEA/MMA) – O Conselho Nacional do Meio Ambiente, CONAMA, no uso das atribuições e competências que lhe são conferidas pela Lei nº 6.938, de 31 de agosto de 1981, no artigo 8º, inciso VII, regulamentada pelo Decreto nº 99.274, de 6 de junho de 1990, e tendo em vista o disposto em seu Regimento Interno, e; Considerando que a Educação Ambiental é um princípio fundamental da Política Nacional de Meio Ambiente, com base na Lei 6938, de 1981; Considerando que compete ao Órgão Gestor da Política Nacional de Educação Ambiental, instituído pela Lei 9.795, de 27 de abril de 1999, observar as deliberações do CONAMA, quanto às questões de Educação Ambiental, com base no Decreto nº 4.281, de 25 de junho de 2002, no artigo 3º, inciso II. Então, parágrafo único. Desmembrou do artigo 1º, transformou em parágrafo único. O cadastro também deve ser utilizado como referência para a articulação Sociedade-Estado, Estado-Estado e Sociedade-Sociedade, no que tange a formulação de políticas públicas e programas territoriais de Educação Ambiental.

A SR.^a CLEIDEMAR BATISTA VALÉRIO (CONAMA) – Sugiro tirar a palavra “também”. O cadastro deve ser utilizado como referência.

O SR. FERNANDO ANTUNES CAMINATI (CONAMA/MMA) – É porque é uma segunda utilização.

A SR.^a CLEIDEMAR BATISTA VALÉRIO (CONAMA) – Será que deve ficar?

O SR. FERNANDO ANTUNES CAMINATI (CONAMA/MMA) – Não sei.

A SR.^a JACQUELINE MARTINS GOMES (DEA/MMA) – Pode seguir na leitura? Artigo 2º - O cadastramento no CNCE é voluntário e será efetuado mediante o preenchimento do Sistema de Acompanhamento de Coletivos Educadores (SACE) disponível no endereço eletrônico www.mma.gov.br/ea e envio da ficha de cadastro, constante do Anexo desta Resolução, devidamente assinada pelo representante legal da Instituição Articuladora do Coletivo Educador e demais documentos descritos no referido Anexo, à Secretaria de Articulação Institucional e Cidadania Ambiental – SAIC/MMA, por meio de carta registrada. Artigo 3º - Compete à SAIC/MMA manter as informações do CNCE em bancos de dados e publicar, anualmente, a relação dos Coletivos Educadores cadastrados. São atribuições da Instituição Articuladora: sistematizar as demandas do Coletivo Educador; solicitar o cadastramento do Coletivo Educador no CNCE, bem como o cancelamento do cadastro; disponibilizar as informações sobre as atividades do Coletivo Educador no Sistema de Acompanhamento de Coletivos Educadores (SACE); enviar, semestralmente, relatório impresso e assinado das atividades do Coletivo Educador, a partir das informações disponibilizadas no Sistema de Acompanhamento de Coletivos Educadores (SACE); e repassar a todo o grupo as informações e acordos feitos, no que diz respeito às ações do Coletivo Educador. Artigo 6º - Será instituída uma comissão provisória que deverá disciplinar o CNCE num prazo de 180 (cento e oitenta) dias, a partir de sua nomeação em Diário Oficial da União, e será composta por: um membro da Câmara Técnica de Educação Ambiental do CONAMA; um técnico do Departamento de Educação Ambiental do MMA; um técnico da Coordenação Geral de Educação Ambiental do MEC; e três representantes de Coletivos Educadores de regiões diferentes do país. Parágrafo único – A SAIC/MMA terá um prazo de 30 dias para instituir a Comissão Provisória do CNCE. O DEA já pertence à SAIC.

O SR. PAULO KLINKERT MALUHY (Oca Brasil) – Bom, então vamos passar para a aprovação. Há consenso? Todos estão de acordo com o novo texto? Então, ele está aprovado. Vamos passar, então, para outras conjecturas aqui. Eu vou ler um requerimento para retirada de pauta, que é encaminhado a Senhora Presidente da CAJT, Câmara Técnica de Assuntos Jurídicos. Senhora Presidente, Doutora Andréa Vulcanis, referência ao processo 02000.000700/2008-95 e processo 02000.000701/2008-30. Senhora Presidente, com base no artigo 15 do Requerimento Interno do

926 CONAMA, solicito que sejam retirados da pauta da 44ª Reunião, dessa Câmara Técnica de Assuntos
927 Jurídicos, a proposta de recomendação sobre a transversalidade da Educação Ambiental, que
928 recomenda a inserção de conteúdos de Educação Ambiental nas resoluções dos órgãos colegiados
929 do SISNAMA; e a proposta de recomendação para campanhas, ações e projetos de Educação
930 Ambiental, que recomenda diretrizes a ações de informação, comunicação e mobilização em
931 Educação Ambiental, realizadas por instituições públicas e privadas e organizações da Sociedade
932 Civil, conforme a Lei nº 9.795/99. A presente solicitação fundamenta-se nos trabalhos de
933 consolidação das duas propostas em uma única, realizada pelos representantes do Ministério da
934 Cultura e do Governo do Estado de São Paulo, que chegaram à conclusão de que seria pertinente
935 ampliar essa discussão da nova proposta, nas duas oficinas de Educação Ambiental que serão
936 realizadas nos dias 21 e 22 de agosto de 2008. Em seguida, o retorno da proposta a CTEA. Brasília,
937 19 de agosto de 2008. Atenciosamente à Presidência da Câmara Técnica de Educação Ambiental,
938 Paulo Maluhy. Todos estão de acordo com o texto da carta? Então, agora na parte da tarde,
939 conforme foi combinado, voltamos ao item 3.1, da Ordem do Dia; discussão sobre a proposta de
940 Seminário “A Educação Ambiental no Setor Produtivo: Empresários e Trabalhadores”. Quer dar
941 algum encaminhamento, Cleide? Queria informar também que a Secretária Débora, do estado do
942 Paraná, está a caminho, acabou de confirmar; podemos esperá-la?
943
944

945 **A SR.ª CLEIDEMAR BATISTA VALÉRIO (CONAMA)** – Vou pedir que apresentemos a versão limpa,
946 dar uma passada para relembrarmos o que foi discutido da proposta preliminar, e depois passamos
947 para as discussões. Sei que têm várias colocações, a Rosário, talvez, queira falar um pouco, a Maria
948 José já falou, vou pedir que ela repita, Nilo tem uma porção de sugestões, a CNC também vai falar.
949 Então, vamos aguardar um pouco, mas enquanto isso damos uma passada para relembrarmos a
950 programação. Vou passar primeiro a versão mais extensa e depois uma versão consolidada, porque
951 essa é muito grande e nós perdemos uma noção de conjunto.
952
953

954 **A SR.ª JACQUELINE MARTINS GOMES (DEA/MMA)** – Nós vamos pedir licença para sairmos,
955 temos uma reunião, agora, com a nova Secretária e a nova Diretora do DEA. Então, a DEA está se
956 retirando da reunião, obrigada pela atenção.
957
958

959 **O SR. PAULO KLINKERT MALUHY (Oca Brasil)** – Obrigado a vocês também. Então, vamos fazer a
960 leitura para poder antecipar a presença da Secretária. Pode seguir? Essa é a versão limpa, já
961 modificada da 16ª Reunião. Então, ela ainda está passível de alguma alteração, que pode ser feita
962 nessa reunião. Querem que eu faça a leitura ou não há necessidade?
963
964

965 **A SR.ª MARIA DO ROSÁRIO R. SERRA (Governo Bahia)** – Eu tinha pedido para fazer essa
966 alteração, de tirar o Eduardo M., Superintendente de Políticas para Sustentabilidade e colocar na
967 Mesa seguinte, Responsabilidade Social, porque essa é a especialização dele. Então ele me pediu
968 para fazer essa alteração, essa mudança.
969
970

971 **O SR. NILO DINIZ (CONAMA)** – Eu estou observando, no caso ali, participação de sindicatos, o
972 Martinho da CUT, Temístocles também é da CUT do FBOMS. Aí, talvez, para essa área sindical eles
973 já resolvam... Um ou outro, mas digo assim, porque o Pedro Ivo também é da área sindical, seria
974 muito interessante também. Porque como ele não está mais como diretor do Ministério, mas pela
975 área sindical pode ser uma presença interessante, pode ser uma alternativa ali, sem excluir nenhum
976 dos dois que estão ali, talvez acrescentar o Pedro Ivo Batista. Agora, teria que ver o programa todo.
977
978

979 **O SR. PAULO KLINKERT MALUHY (Oca Brasil)** – Vamos dar continuidade à leitura?
980
981

982 **O SR. NILO DINIZ (CONAMA)** – Só uma observação, principalmente para a representante do Setor
983 Empresarial, Confederação Nacional da Indústria, Daniela. O tema dessa Mesa, responsabilidade
984 socioambiental e balanço social, marketing ou transformação efetiva, talvez pudesse ser só marketing
985 ou transformação; mas pergunto o seguinte, Daniela, o que você acha do tema dessa Mesa? Assim,
986 fiquei pensando se não assusta um pouco empresas que desenvolvem, aqui também tem o
987 representante de Itaipu Binacional, Furnas também, se é um tema que provoca o debate, se convida
988 mesmo para o debate ou se tem o risco de assustar; temos que ver um pouco isso, porque considero

989 o seguinte, quer dizer, acredito que a Câmara Técnica, que esse Seminário tem uma chance muito
990 boa de ser bastante produtivo e alcançar os objetivos, de realmente fazer um bom levantamento da
991 Educação Ambiental que se pratica hoje no País, na área empresarial e sindical. Quanto maior a
992 participação do setor... não adianta reunirmos estudiosos que acompanham o assunto, mas se não
993 tiver representantes das empresas, que hoje fazem investimentos nessa área, seja do setor público
994 estatal, o caso de Furnas, da Petrobrás, ou do setor privado que também tem algumas empresas
995 importantes, a própria Vale e outras que também têm investimentos nessa área. Quer dizer, a
996 participação desses atores é fundamental para termos um debate real. Então, a minha pergunta é só
997 essa, achei interessante o tema da Mesa, mas precisamos ver, vamos falando no popular, se os
998 russos também acham, para não ficar só entre nós, gregos.
999

1000

1001 **A SR.^a DANIELA CESTAROLLO (CNC)** – Concordo plenamente com a sua colocação, inclusive na
1002 minha primeira participação, quando começamos a pensar na programação do Seminário, eu já tinha
1003 colocado isso, que tínhamos que ter muito cuidado, além de ser um evento, uma iniciativa inovadora,
1004 mas ela também poderia ser assustadora. Então, que nós devíamos ter muito cuidado, até na escolha
1005 de alguns conceitos, na escolha de algumas temáticas, exatamente para não surtir o efeito contrário,
1006 ao invés de atrair o público, afastar o público. Acho que nós vamos alinhando e refinando, um pouco,
1007 os títulos das Mesas redondas. Vejo esse, talvez, assim, pode ser até um pouco provocador, quer
1008 dizer, uma pessoa também pode pegar isso aproveitar e falar: “se fala em marketing”; mas nós
1009 fazemos exatamente o oposto. Em princípio, eu deixaria assim, mas acho que nós, realmente, vamos
1010 ter que ir trabalhando e deixando... O objetivo clarifica. Então, nesse caso, realmente, o “efetiva” não
1011 acrescenta nada, mas acho que quanto mais deixarmos o tema atraente, quanto mais pudermos
1012 trabalhar nos títulos e objetivos, acho que é importante, é um desafio aqui para nós.
1013

1014

1015 **O SR. NILO DINIZ (CONAMA)** – Só uma observação. Na verdade, vamos dizer assim, uma empresa
1016 ou um sindicato que participe de uma Mesa dessa, pode argumentar, inclusive, que não é marketing
1017 ou transformação, na verdade pode ser os dois combinados, porque uma empresa, por exemplo, que
1018 está investindo na Educação Ambiental, realmente, para promover mudança de hábito e, portanto,
1019 transformação, ela sai na frente de outras que estão, às vezes, fazendo só marketing. Então, ela faz
1020 um marketing mais eficiente, num certo sentido. Então, também pode ser levado para esse conceito,
1021 não de oposição, mas até de um marketing mais eficiente, inclusive porque ele investe mesmo na
1022 transformação, visibilidade, competência.
1023

1024

1025 **A SR.^a MARIA JOSÉ DE SOUSA HOLANDA (Governo Ceará)** – Exatamente quando esse tema foi
1026 colocado, pela Rachel, em uma das nossas reuniões, a intenção foi exatamente, quando colocamos
1027 três palestras, é a colocação de três apresentações que demonstram exatamente o que está
1028 querendo, é identificação dos projetos voltados para a responsabilidade socioambiental. Então, o
1029 sentido desse tema não é esse, assim, o que pode parecer, mas não é de assustar, mas fazer com
1030 que essas empresas, que realmente estão fazendo, tenham a oportunidade de apresentar os
1031 trabalhos; porque aí vocês estão verificando que são três palestras, cada palestra vai ter 20 minutos
1032 para que a pessoa apresente, e tem os debates, que são de 30 minutos. Então, é exatamente, por
1033 exemplo, como nós citamos aqui, várias empresas que trabalham muito bem a questão
1034 socioambiental, fizemos uma relação de empresas, várias pessoas que estavam presentes colocaram
1035 Boticário, Natura, outras tantas que estão aqui relacionadas. É exatamente como eu trouxe três
1036 exemplos, que foi dado o Prêmio de Desempenho Ambiental da FIEC, no estado do Ceará, eu
1037 relacionei a COELCE, que é a Companhia Energética do Estado, a Rigesa que funciona lá e mais outra
1038 empresa que está relacionada aí também, que seriam convidadas e uma delas poderia vir fazer a
1039 apresentação do trabalho que realiza de Educação Ambiental, dentro da empresa. Então, o sentido
1040 realmente foi esse.
1041

1042

1043 **O SR. PAULO KLINKERT MALUHY (Oca Brasil)** – Podemos continuar a leitura? Por favor.
1044

1045

1046 **O SR. NILO DINIZ (CONAMA)** – Só uma dúvida. Ali na Mesa anterior tem o objetivo, agora eu
1047 pergunto, é da Mesa ou do Seminário? Do tema. Agora, a pergunta que faço é a seguinte: o
1048 Seminário, como um todo, vocês acertaram um objetivo geral?
1049

1050

1051

(Intervenção fora do microfone)

1052
1053
1054
1055
1056
1057
1058
1059
1060
1061
1062
1063
1064
1065
1066
1067
1068
1069
1070
1071
1072
1073
1074
1075
1076
1077
1078
1079
1080
1081
1082
1083
1084
1085
1086
1087
1088
1089
1090
1091
1092
1093
1094
1095
1096
1097
1098
1099
1100
1101
1102
1103
1104
1105
1106
1107
1108
1109
1110
1111
1112
1113
1114

O SR. PAULO KLINKERT MALUHY (Oca Brasil) – É bom o esclarecimento. O objetivo geral é importante. Vamos pôr ali na justificativa, que é o contexto que estamos querendo esclarecer.

A SR.^a CLEIDEMAR BATISTA VALÉRIO (CONAMA) – Depois nós temos os objetivos específicos. Nós destrinchamos o objetivo específico naquele objetivo da Mesa.

O SR. NILO DINIZ (CONAMA) – Só uma pergunta. Ali, o artigo 3º da Lei trata especificamente da Educação Ambiental... Certo, nas empresas.

O SR. PAULO KLINKERT MALUHY (Oca Brasil) – Vamos voltar na programação, então?

A SR.^a DANIELA CESTAROLLO (CNC) – Nessa Mesa Redonda eu deixaria só “empresas, comunicação e consumo sustentável”. Eu acho que fica um pouco redundante. É como efetiva. Que deixarem assim, em aberto, “empresas, comunicação e consumo sustentável”. Se há contradições, ou não... Você já está direcionando.

A SR.^a CLEIDEMAR BATISTA VALÉRIO (CONAMA) – Rachel, eu vou pedir para que você faça uma apresentação da sua proposta, vou pedir também que a Maria do Rosário fale rapidamente sobre a sua proposta.

A SR.^a DÉBORA DE ALBUQUERQUE (SEMAR/PR) – Boa tarde a todos. Sou da Secretaria de Estado do Meio Ambiente e Recursos Hídricos do Paraná. Quando ficamos sabendo da gestão que estava acontecendo dentro da Câmara Técnica de Educação Ambiental, sobre esse Seminário, isso nos despertou um grande interesse. O principal interesse, na verdade, hoje nós temos, no Paraná, um empresariado muito conservador, que não discute a questão ambiental, não faz gestão ambiental nas empresas, tanto é que hoje a Itaipu se desponsa, assim, enormemente pelos trabalhos que vem fazendo. Hoje nós não temos um outro parâmetro para apresentar para vocês, assim, do que vem acontecendo na questão de Educação Ambiental, tão forte como é hoje, por exemplo, na Bahia e em outros estados. Procurei ver o que cada um estava fazendo, qual que era a Política de Educação Ambiental e Empresarial que as empresas e os estados estavam implementando. Então, isso nos despertou, nos alegrou, até porque nós temos uma grande vontade, uma grande necessidade que essa questão, da Educação Ambiental, realmente aconteça no Estado. Hoje nós temos um Ministério Público bastante atuante, especialmente na questão de resíduos sólidos, na cobrança dos produtores fazerem a reciclagem, fazerem a separação; e nós temos uma política ambiental muito interessante no Estado, no que diz respeito à questão de biodiversidade, questão de florestas, de mata ciliar. Mas, no entanto, essa Educação Ambiental, no Setor Empresarial, ainda não conseguimos fazer acontecer nas empresas. Na verdade, este foi o objetivo maior que nos moveu para podermos estar fazendo com que o setor, realmente, pense na sua forma de produção e se mova a fazer alguma coisa sobre a questão ambiental. Bom, na formatação aí, trabalhamos um pouco, não fugimos dos temas propostos, respeitamos o que já tinha sido conversado aqui por vocês e nos ativemos apenas à questão de nomes de palestrantes e dos cases; nós conseguimos elencar outras empresas que ainda não estavam elencadas. Também trouxe todas, com a proposta de nós discutirmos aqui; naturalmente, não vamos poder apresentar todos esses cases, seria muito interessante se nós conseguíssemos, mas não vamos conseguir fazer isso no Seminário. De qualquer forma, o que levamos em conta, além do respeito pela estrutura que já tinha montada, essa relação do empresarial com o sindical; embora, hoje, também tenhamos dentro da Comissão Nacional de Meio Ambiente da CUT, alguma inserção para o Setor Empresarial, no que diz respeito especialmente à questão de saúde do trabalhador e a saúde ambiental, mesmo com relação à questão da produção. Nós vimos que Sustainlabour, que é uma organização internacional, é francesa e também está no Canadá, é muito interessante. Nós temos uma representação aqui na Argentina, e tem outras organizações internacionais que fazem essa relação do trabalho, do trabalhador com a empresa, e que nós também contemplamos na nossa proposta. Então, depois da apresentação vocês vão perceber. Com relação à questão do Setor Empresarial, assim como vocês, nós também mantivemos e acrescentamos outros nomes de organizações que estão fazendo uma interessante política sobre a questão de Educação Ambiental para as empresas. O CEBDS (Conselho Empresarial Brasileiro para o Desenvolvimento Sustentável), o FIDES, o próprio Instituto Ethos, que fez um maravilhoso trabalho nas suas conferências anuais, vem fazendo um importante trabalho para o Setor Empresarial, mas

1115 também não dialoga com o restante da sociedade. Então, contemplamos, do ponto de vista da
1116 academia, a importância de contemplarmos esse viés me pareceu bastante importante, até porque
1117 precisamos ter um viés referencial teórico, além das experiências práticas que vêm acontecendo,
1118 mas mantivemos isso em todo o conteúdo da nossa proposta, sempre mostrando nas Mesas,
1119 apontando uma sugestão de academia, uma do Setor Empresarial e uma do Setor Sindical. É isso
1120 que levamos em conta, para os companheiros e companheiras ficarem cientes do que... A nossa
1121 convidada especial é a Senadora Marina Silva, que no nosso entender, depois de uma boa
1122 discussão, percebemos que ela, talvez, não tenha essa vontade de estar no começo, mas que
1123 pudesse estar no final. Foi também uma pessoa muito importante como propulsora de todo o trabalho
1124 de Educação Ambiental durante a sua gestão, muito do que fazemos hoje tem uma referência do
1125 trabalho que ela sustentou dentro do próprio Ministério. Bem, mas isso é uma questão para se
1126 debater. Então, pensamos num Seminário de dois dias e meio com abertura, então, às 20h00min, às
1127 20h30min com a palestra do Doutor Alexandre Pedrini, que faz uma fala sobre o diálogo entre a
1128 Educação Ambiental no Setor Empresarial e Sindical. Então, o Doutor Alexandre Pedrini é um
1129 conhecido nosso, acho que não precisa fazer grandes menções ao porquê de nós termos citado.
1130 Mas, enfim, na organização, inclusive, do seu livro de Educação Ambiental para o Setor Empresarial,
1131 nos chamou atenção à forma de diálogo que ele incorpora os outros pensadores que hoje vêm
1132 discutindo a Educação Ambiental para o Setor Empresarial. Então, achei muito importante, ele pode
1133 dar uma importante contribuição para o nosso trabalho, do ponto de vista teórico, e depois alinhar
1134 também as outras questões práticas, acho que a própria CNA e CNI estão na relação de empresas e
1135 também podem nos ajudar. Então, abertura, nós colocamos aí os coordenadores, então o Ministro
1136 Carlos Minc, o nosso Secretário, Doutor Nelton Friedrich, da Itaipu. Sempre colocando a figura de um
1137 coordenador e de um relator, para fazer... E de um facilitador nas Mesas de trabalhos. Um coquetel
1138 de confraternização, isso no primeiro dia; relançamento do livro Educação Ambiental para o Setor
1139 Empresarial. Então, no primeiro dia nós temos essa Mesa Redonda. Então, o Felipe P. também, é um
1140 professor que estava no MMA e agora está na UNB, é um intelectual importante para estar nessa
1141 contribuição, nessa construção nossa. O Ricardo Young, do Instituto Ethos, que vem fazendo um
1142 excelente trabalho aí. E pelo Setor Sindical a Sustainlabour. Pelo Setor Empresarial nós achamos
1143 que a EMBRAPA, hoje, faz muito bem essa relação; nós tentamos focar o Ricardo Young pelo Ethos,
1144 para falar sobre a questão urbana; a Laura M. falando sobre o sindical; e a EMBRAPA falando
1145 sobre...

1146
1147

1148 **O SR. NÃO IDENTIFICADO** – Ela está no Brasil.

1149
1150

1151 **A SR.^a DÉBORA DE ALBUQUERQUE (SEMAR/PR)** – Ela está na Argentina. Mas nós também
1152 colocamos palestrantes internacionais. E a EMBRAPA porque está fazendo um bom trabalho, a
1153 nosso ver, sobre a questão rural. Aí nós mantivemos também o tema. Colocamos aí como facilitador
1154 o Diretor de (...) Brasileira de Jornalismo Empresarial, acho que é importante envolvê-los nessa
1155 discussão. A Yanina Kovski, que é da Rede Hemisférica de Organizações Empresariais, que promove
1156 responsabilidade sócio empresarial nas Américas, ela também é da Argentina. Rogério Ruschel. E o
1157 Fernando Almeida pelo CEBEDS. Aí tem as empresas, além daquelas que haviam sido elencadas na
1158 reunião anterior do Grupo de Trabalho da Câmara Técnica, nós elencamos algumas outras que
1159 também fazem um importante trabalho. Não mantivemos só dentro do setor empresarial tradicional,
1160 ampliamos isso daí para as instituições de agricultores orgânicos, para o pessoal de agroecologia,
1161 que hoje também fazem um importante trabalho com o produtor rural, na questão de uma outra
1162 concepção de cultura para o campo e que não é voltado só para a questão de produção orgânica,
1163 mas também é em cima da questão da reforma agrária. Então, tem um papel importante. Aí
1164 colocamos o Banco Real e outras empresas que também haviam sido elencadas. A Fersol também,
1165 como vocês já tinham relatado antes, é uma empresa que está iniciando e com um importante
1166 trabalho nessa área. Aí nós precisamos discutir quais dessas seriam os nossos cases. A FRIBOI
1167 também, que hoje é uma produtora de carne orgânica, carne sem química, para simplificar um pouco
1168 mais.

1169
1170

1171 **A SR.^a PATRÍCIA PINTO (Oca Brasil)** – Quase todos já estavam elencados, é mais os regionais que
1172 não entraram.

1173
1174

1175 **A SR.^a DÉBORA DE ALBUQUERQUE (SEMAR/PR)** – Esse daí é o segundo dia. Essa parte do
1176 licenciamento ambiental... Como o elemento é fundamental na compensação ambiental para o
1177 licenciamento, achamos que os palestrantes, o Fábio Feldmann também tem uma importante

1178 contribuição, até porque foi uma das grandes figuras que começou toda a discussão de Educação
1179 Ambiental no País e dentro da Lei da Política de Educação Ambiental, ele também fez uma
1180 contribuição importante. Então, colocaríamos ele e o Roberto Messias do IBAMA. Empresas e
1181 comunicação, sustentabilidade e padrões de consumo. Na verdade, por conta do tempo, vimos que
1182 estava curto e que era necessário já entrarmos para os grupos de trabalho, para sairmos com alguma
1183 coisa de produção do Seminário, o que fizemos, na verdade, foi condensar temas que estavam
1184 separados e que, na verdade, já tinham sido contemplados em um outro, mas isso foi só no segundo
1185 dia; nós aglutinamos, mas não fugimos do conteúdo que havia sido proposto aqui, de forma geral.
1186 Então, a (...) faz um importante trabalho sobre essa questão da relação do trabalhador, no local de
1187 trabalho, e a relação da empresa nessa gestão socioambiental. Também a colocaríamos como uma
1188 das palestrantes dessa Mesa.

1189
1190

1191 **O SR. PAULO KLINKERT MALUHY (Oca Brasil)** – Desculpe, ficou faltando os palestrantes
1192 anteriores, a Fátima Portilho da UFRJ.

1193
1194

1195 **A SR.^a DÉBORA DE ALBUQUERQUE (SEMAR/PR)** – Fátima Portilho e o Doutor Paulo Nogueira
1196 Neto e o Doutor Hélio Bittar, que é do Instituto Akatu.

1197
1198

1199 **A SR.^a CLEIDEMAR BATISTA VALÉRIO (CONAMA)** – Qual é o tema?

1200
1201

1202 **A SR.^a DÉBORA DE ALBUQUERQUE (SEMAR/PR)** – Sustentabilidade e padrões de consumo.
1203 Além disso, o que levamos em conta, o que consideramos também, foi muito dos enfoques que as
1204 pessoas e empresas, que já vêm trabalhando com o tema, têm dado a questão da Agenda 21,
1205 incorporado à questão da Agenda 21, seja do ponto de vista do consumidor, seja do ponto de vista do
1206 trabalhador. Então, tem muitas coisas interessantes que nós incorporamos, até pela forma como as
1207 pessoas já vêm implementando isso nas empresas. Bom, nós mantivemos também a estrutura dos
1208 grupos de trabalho, das 15 as 17, sempre colocando um mediador e um relator, que fariam a parte de
1209 sistematização do grupo para podermos formatar uma proposta ao final do Seminário. Então, das
1210 17h00min às 20h30min faríamos a Plenária final, já incorporando o que todos os grupos de trabalho
1211 sistematizaram e depois essa Câmara Técnica ficaria com a tarefa de sistematizar, isso, na
1212 formatação de uma política, uma sugestão de política para o setor. Nós também trouxemos para
1213 vocês, tem essa parte aqui, que é do orçamento, nós fizemos uma prévia, uma estimativa, inclusive
1214 com os custos de viagens de alguns palestrantes, viagens internacionais, chegamos a um custo total.
1215 Na verdade, as atividades durante o evento, coquetel, coffee break, enfim, toda a parte de estrutura
1216 do evento; em torno de 438 mil reais. Então, essa é a nossa proposta, o nosso Secretário de Estado
1217 e Meio Ambiente formalizou o desejo de sediarmos o encontro. E também o Doutor Nelton Friedrich,
1218 da Itaipu, representando o Setor Empresarial. Então é isso.

1219
1220

1221 **A SR.^a CLEIDEMAR BATISTA VALÉRIO (CONAMA)** – Débora, qual a previsão de participantes que
1222 você tem?

1223
1224

1225 **A SR.^a DÉBORA DE ALBUQUERQUE (SEMAR/PR)** – Toda essa previsão de custo foi feita em torno
1226 de 700 pessoas, porque nós estamos prevendo, assim... 438 mil reais. Na verdade, conversei com a
1227 Cleide algumas vezes e a estimativa de vocês, de público, para um evento como esse, inicial, pelo
1228 menos, era em torno de 300 a 400 pessoas. Mas o que analisamos frente aos eventos que o próprio
1229 segmento faz, que é um público com mais de mil pessoas, sabemos que nós, talvez, não teríamos
1230 fôlego para fazer isso. O Ethos, por exemplo, todas as conferências anuais deles, eles fazem em
1231 torno de mil pessoas. Dado que o nosso é o primeiro e que ainda estamos em fase interlocução com
1232 o setor. Acho que podemos estimar em torno de 700 pessoas.

1233
1234

1235 **O SR. PAULO KLINKERT MALUHY (Oca Brasil)** – Bom, inicialmente eu gostaria de agradecer a
1236 proposta, é muito bem-vinda. Gostaríamos de escutar, novamente, a Rosário, dentro da proposta que
1237 anteriormente havia sido discutida e ela, assim, poderia colocar a todos.

1238
1239

1240 **A SR.^a CLEIDEMAR BATISTA VALÉRIO (CONAMA)** – Só vou corrigir, a proposta dela não foi
1241 discutida. Foi apresentada na parte da manhã e nós aguardamos para discutirmos juntos; levantar as
1242 questões e depois vai ter uma rodada em que todos vão falar.

1243

1244

1245 **A SR.^a MARIA DO ROSÁRIO R. SERRA (Governo Bahia)** – Sou coordenadora de Educação
1246 Ambiental da Secretaria do Meio Ambiente – Bahia. Na realidade, a nossa proposta não é tão
1247 ambiciosa assim. É uma proposta para um público de 300 pessoas, é uma proposta que se diferencia
1248 da proposta do Paraná. Porque ela foi gestada aqui, construída aqui e ainda está em aberto porque
1249 nós queremos fechar esses convidados aqui, para dar oportunidade a todos. Já houve sugestões de
1250 vários nomes e nós queremos que essa proposta seja bem discutida e consolidada na Câmara
1251 Técnica. Bom, essa proposta tem dois ou três meses, a minha colega Tita, a coordenadora anterior
1252 esteve aqui, quer dizer, ainda nessa época ela puxou essa proposta para a Bahia, todos acharam a
1253 idéia muito interessante e nós, por esse período, já viemos dialogando com o Setor Empresarial, com
1254 a FIEB, com o próprio IMA, que é um instituto de meio ambiente, uma autarquia da Secretaria de
1255 Meio Ambiente, trabalha com a Educação Ambiental no Setor Empresarial, quem faz os
1256 licenciamentos. Então, já viemos construindo essa proposta, nos sentamos várias vezes, estou
1257 trazendo um compromisso consolidado do Secretário de Meio Ambiente, Dr. Juliano Matos, para a
1258 realização do Seminário lá em Salvador. E, aqui, nós nos comprometemos, o Governo do Estado da
1259 Bahia se compromete, em realizar o Seminário, toda a infra-estrutura, sua organização, a sua
1260 logística, a parte de hospedagem, estimada, mais ou menos, para cem pessoas. Bom, toda a infra-
1261 estrutura do Seminário. Agora, acho que a Bahia é uma... Eu defendo a proposta porque é um Estado
1262 que está geograficamente, ele fica bem no centro da Bahia e facilita que todos venham, tanto do Sul
1263 como do Norte e Nordeste. Nós já temos vários casos de sucesso na questão da Educação
1264 Ambiental Empresarial. A Secretária tem razão, a Bahia realmente está bem avançada nessa parte
1265 de Educação Ambiental, a nossa política pública, já temos, assim, a Minuta e vamos entrar na fase de
1266 consulta pública, da Política de Educação Ambiental. Temos uma diretoria, três coordenações. Então,
1267 a Educação Ambiental sempre foi muito forte, não só na Bahia, acho que em todo o Nordeste, nós
1268 percebemos que ela é um ponto muito forte dentro da política de meio ambiente do Nordeste. Então,
1269 nós queríamos essa oportunidade para, exatamente, apresentarmos toda a nossa trajetória na
1270 construção da Educação Ambiental, no Norte e Nordeste, e dando oportunidade para que as outras
1271 regiões também participem e contribuam com suas experiências.

1272

1273

1274 **O SR. PAULO KLINKERT MALUHY (Oca Brasil)** – Bom, vamos fazer uma rodada de
1275 considerações. Vou passar a palavra para quem desejar.

1276

1277

1278 **A SR.^a MARIA JOSÉ DE SOUSA HOLANDA (Governo Ceará)** – Conforme com o que eu já havia
1279 colocado no período da manhã e como não estava presente a Secretária, para fazer a proposta do
1280 Governo do Paraná, quero reafirmar o que já foi dito anteriormente. Existe uma dificuldade, já
1281 colocamos em reuniões anteriores, de deslocamento para determinados locais do País.
1282 Consideramos uma primeira questão, o final do mês de novembro, nós estamos em final de gestão
1283 com programação de prestação de contas do ano de 2008, então nós já vamos ter dificuldade com a
1284 liberação de recurso para deslocamento. Como falei aqui, se você sair de Fortaleza para ir ao
1285 Paraná, principalmente para Foz do Iguaçu, você perde simplesmente 13 horas, não tem vôo direto,
1286 tem que ir para São Paulo, de São Paulo pegar outro vôo, passar duas ou três horas, às vezes,
1287 esperando no aeroporto, uma vez passei 13 horas para chegar a Foz do Iguaçu. Então, vejo que
1288 existe uma dificuldade para que todos os estados possam se fazer presentes. Também a questão da
1289 construção coletiva dentro da Câmara Técnica de Educação Ambiental do CONAMA, porque nós
1290 estamos construindo esse Seminário, quando comecei a participar da Câmara Técnica, já estava
1291 vindo essa construção e não havia se apresentado até então, nenhum outro Estado com o
1292 compromisso de assumir essa responsabilidade, de puxar para si esse Seminário. Foi ótimo ter
1293 aparecido outro estado para nos oportunizar a dizer, esse ou aquele, mas vamos ter que decidir aqui.
1294 Então, em consideração a essa construção, aos nomes que foram colocados, muitos que poderão ser
1295 aproveitados nessa proposta que foi colocada hoje. Eu continuo achando uma grande dificuldade
1296 para que possamos fazer esse Seminário, no momento de final de ano, no estado do Paraná.

1297

1298

1299 **A SR.^a CLEIDEMAR BATISTA VALÉRIO (CONAMA)** – Posso dar uns esclarecimentos? Nós
1300 estamos num processo de construção do nosso programa. Na última reunião não tínhamos nenhuma
1301 proposta oficial e nós deixamos em aberto, que estaria aberto, vocês lembram disso? Nós temos à
1302 transcrição. A Bahia se prontificou a trazer oficialmente, nós não tínhamos ainda, trouxe hoje, e o

1303 Paraná trouxe hoje. Ainda estamos no processo de construção coletiva, apesar das nossas
1304 preocupações, é muito tarde ou muito cedo, dará tempo ou não; é uma decisão que vamos tomar
1305 hoje, sem dúvida. Mas quero dizer que este processo ainda é um processo coletivo, de construção do
1306 nosso Seminário, de discussão, de somar esforços, de tomar decisões. Então, é com esse espírito
1307 que eu quero que vocês encarem essa solução. Nós temos pedido contribuições, fizemos uma
1308 reunião aqui, marcamos com o Nilo, os setores não puderam comparecer, fizemos reuniões
1309 individuais para tentar avançar, achávamos que não estavam avançando, não conseguimos fechar
1310 com a rapidez que queríamos, queríamos trazer uma coisa mais consolidada. Não tivemos condições
1311 de trabalhar aqui, a não ser com discussões mais objetivas, o próprio CNC que depois veio, mas fez
1312 só comigo, quero que depois ela coloque, ela colocou umas coisas muito pertinentes. Ou seja, hoje
1313 nós estamos trazendo todas as discussões, Rachel colocou várias sugestões, até essa sugestão de
1314 se fazer junto com a Reunião do CONAMA. Então, hoje é o nosso processo coletivo de fechar, quero
1315 que vocês encarem essa reunião assim, não que o Paraná fez e trouxe, nós estamos pedindo
1316 contribuições, já quase que consolidadas, porque aqui não temos jeito de consolidar se as pessoas
1317 não vieram com as coisas bem discutidas. Então, é esse o processo hoje, de construção, acho que
1318 final, da nossa proposta; com as contribuições que nós já recebemos, tanto na reunião passada como
1319 em algumas outras.

1320

1321

1322 **A SR.^a DANIELA CESTAROLLO (CNC)** – Acho que é importante nós entendermos que a construção
1323 de um evento dessa magnitude, é um evento nacional, o primeiro dessa natureza, é um processo
1324 demorado, até porque temos outros afazeres, nos reunimos periodicamente. Então, acho que faz
1325 parte do processo. Uma preocupação que eu quero trazer aqui para vocês agora e que também
1326 reflete um pouco uma consulta que fiz na CNI, é a data desse Seminário. Eu acho que, talvez, seja o
1327 momento, estamos vendo que... É um Seminário, que pelo número de palestrantes, não estou
1328 pensando no número de participantes, pelo próprio formato dele seja questionável dois dias, três dias
1329 junto à Reunião Extraordinária do CONAMA, ou não. Ele tem uma magnitude que, por exemplo,
1330 muitas dessas pessoas provavelmente não estarão disponíveis. Se soltarmos o convite na semana
1331 que vem, ou seja, já estamos no início de setembro, estamos falando de setembro, outubro e
1332 novembro, estamos falando de dois meses e meio para organizar um evento nacional, com
1333 divulgação, com tudo, com toda a parte de logística. Então, acho que o primeiro ponto que nós
1334 realmente temos que discutir, seja ele em Salvador ou no Paraná ou onde for, é se existe condições
1335 reais para preparar esse evento, dessa magnitude. Só de palestrantes, estou vendo que tem mais de
1336 20 pessoas. Eu queria questionar, temos que começar a pensar numa nova data, eu jogaria para
1337 2009, obviamente para depois do carnaval, até para termos mais tempo e começarmos a construir
1338 um cronograma, o que precisamos ter pronto até o final de setembro, até o final de outubro. Se
1339 pensarmos nessa dinâmica do evento agora em novembro, acho que vamos nos atropelar, não
1340 vamos conseguir e, talvez, nem consigamos boa parte dos palestrantes. No meu entender, é um
1341 evento para março ou abril de 2009, soltando os convites agora em outubro de 2008. Quer dizer, eu
1342 vejo um pouco por essa ótica. A minha preocupação é essa, estou achando que o evento está
1343 crescendo cada vez mais, eu até tinha comentado com a Cleide, acho que para uma primeira
1344 tentativa, três dias é muito para um evento dessa natureza, não sei se conseguimos segurar os
1345 empresários durante três dias. Então, uma outra sugestão é reduzir a duração do evento para dois
1346 dias, no máximo. Minha outra preocupação é quanto à data, por exemplo, esse ano, nós como CNI,
1347 não temos condições de dar apoio agora para novembro; essa é até uma consulta que fiz a Gerência
1348 de Meio Ambiente da CNI, antes de vir para cá, ultimamente não temos recursos humanos e nem
1349 financeiros, pelo fato de estarmos no final do ano. Então, estou propondo que nós discutamos uma
1350 nova data e um planejamento para 2009.

1351

1352

1353 **A SR.^a CLEIDEMAR BATISTA VALÉRIO (CONAMA)** – Daniela, você tinha feito uma sugestão de
1354 começar depois do meio dia, achei bem interessante aquela proposta, bem racional; começaria às 14
1355 horas e terminaria ao meio dia, porque é o horário que o pessoal entra e sai do hotel. Se
1356 estendermos até o final da tarde, ela esvazia no último dia. Eu achei muito racional. Dois dias,
1357 começando ao meio dia, às 14 horas e terminando ao meio dia. Eu achei interessante.

1358

1359

1360 **O SR. PAULO KLINKERT MALUHY (Oca Brasil)** – Então, é um dia, uma tarde e uma manhã? Um
1361 dia completo com duas metades de um dia.

1362

1363

1364 **A SR.^a DÉBORA DE ALBUQUERQUE (SEMAR/PR)** – Presidente e demais companheiros e
1365 companheiras. Na verdade, o Paraná não está disputando nada, estamos aqui para contribuir. E,

1366 assim, eu queria trazer algumas informações, não sou Secretária, o Secretário fez o convite, fez a
1367 disposição, a vontade de sediar o Seminário, não estamos aqui impondo nenhuma proposta, estamos
1368 aqui, como a Cleide disse, num processo de construção coletiva. Em toda minha vida sempre me
1369 primei por isso, sempre estive dentro de uma política que fosse voltada com essa concepção de
1370 construção coletiva. Então, trouxemos uma proposta para debatermos, construirmos um trabalho final
1371 juntos, que pudéssemos chegar, enfim, a um consenso sobre uma proposta que pudéssemos estar
1372 dialogando com o Setor Empresarial. No Paraná, nós temos uma Coordenadoria de Meio Ambiente
1373 muito forte, que trabalha com o Paraná a biodiversidade, trabalha com corredores ecológicos,
1374 trabalha com agroecologia; mas a nossa vontade de fazer no Estado, como eu disse no início da
1375 minha fala, é justamente porque precisamos provocar esse debate no nosso empresariado, não
1376 temos isso construído no Estado. Então, assim, muito do que acontece, hoje, com Minas Gerais,
1377 Bahia, Ceará, São Paulo, Rio de Janeiro, que até tem alguns trabalhos interessantes, gostaríamos de
1378 incorporar isso ao nosso empresariado. Então, assim, se formos sediar, ou não, o Seminário, nós
1379 vamos mobilizar o nosso pessoal para participar; o nosso pessoal que eu digo, o Setor Empresarial
1380 do Estado para estar participando. Se fosse no Paraná, eles não teriam desculpas para não ir. Nós
1381 temos que ter essa discussão no Paraná, o nosso Governador é um cara muito sério e correto com
1382 essa questão ambiental, no País foi o único Governador que peitou a questão dos transgênicos, ele é
1383 muito empenhado na questão ambiental. Mas, enfim, só gostaria de informar e deixar muito claro,
1384 primeiro nós não vamos sediar, se a questão for financeira, que defina as coisas, o Estado do Paraná
1385 enquanto instituição da Secretaria de Estado do Meio Ambiente, nós não temos condições de sediar
1386 um Seminário sozinhos, nós vamos partilhar com outras empresa, vamos buscar outros atores e
1387 outros parceiros nessa construção financeira. Então, nós não temos, hoje, honestamente eu posso
1388 dizer aqui, pela Conferência que nós organizamos, Conferência Estadual do Meio Ambiente, nós não
1389 temos a condição financeira de bancar isso, que é o caso de vocês, nós não temos. Se este for o
1390 grande condicionador, mas de qualquer forma nós trouxemos a nossa contribuição, não fazemos
1391 parte da Câmara Técnica, até estava consultando o Nilo, eu falei: “nossa, é tão importante às
1392 discussões que vocês trazem”. Gostaríamos de saber o que devemos fazer para entrar na Câmara
1393 Técnica. Então, depois vou conversar com o nosso secretário.

1394
1395

A SR.^a CLEIDEMAR BATISTA VALÉRIO (CONAMA) – As contribuições são sempre bem-vindas.
1397 Estamos, assim, pedindo que venham e contribuam para enriquecer às nossas discussões, por
1398 exemplo, o MEC não é da nossa Câmara Técnica, mas sempre está aqui, já foi no passado. Nós
1399 gostaríamos muito de contar com os governos estaduais, de outros estados nós temos dois
1400 representantes de governo estadual. Então, vão ser muito bem-vindos, os convites saem sempre.

1401
1402

A SR.^a DÉBORA DE ALBUQUERQUE (SEMAR/PR) – Com relação à questão da data que você
1403 citou aqui. Terminando o evento, nós temos um evento no final do ano, se a data for permanecer no
1404 final de novembro, nós vamos ter o Fórum Mundial de Governadores da Água, vai ter o Fórum
1405 Mundial das Américas que vai ser antes do dia 28. A proposta de sediar o evento ficaria nos dias 25,
1406 26 e 27 de novembro, com a reunião do CONAMA no dia 28. É claro que daí nós incorporamos essa
1407 sua contribuição na questão dos hotéis, acho muito importante.

1408
1409

O SR. PAULO KLINKERT MALUHY (Oca Brasil) – Agora, essa reunião extraordinária do CONAMA
1411 já está agendada para essa data? Isso também é uma proposta?

1412
1413

A SR.^a DÉBORA DE ALBUQUERQUE (SEMAR/PR) – É, nós já colocamos aqui na agenda para ser
1415 levado em consideração, se for o caso.

1416
1417

A SR.^a MARIA DO ROSÁRIO R. SERRA (Governo Bahia) – Só queria fazer um esclarecimento.
1419 Não é que nós estamos nadando em dinheiro. É o seguinte nós estamos buscando, eu já aqui que
1420 estamos dialogando com a FIEB para buscar parceiros, mas esses itens aqui estão garantidos, mas
1421 não significa que nós vamos financiar todos os itens. Nós estamos buscando parceiros junto a FIEB e
1422 há um interesse muito grande manifestado pela FIEB.

1423
1424

A SR.^a RACHEL TRAJBER (MEC) – Boa tarde a todos. Tem um monte de coisas que vieram a
1426 minha cabeça, mas eu acho que temos alguns nós que precisamos desatar; e é a Câmara Técnica
1427 que vai desatar esses nós, porque eles têm direito a voto e nós só a voz e eu também não faço parte
1428

1429 da Câmara Técnica, o MEC não faz parte por um erro gravíssimo de Estatuto. O que eu acho que
1430 precisaria mudar o Regimento interno do CONAMA, porque é um absurdo o Ministério da Educação
1431 estar ausente da Câmara Técnica de Educação Ambiental do CONAMA e assim como ela está
1432 ausente dessa programação do Paraná. E aí vamos precisar reequacionar essas coisas é claro que é
1433 tudo no consenso no debate e nem é o momento de conversarmos sobre instituições e pessoas,
1434 porque temos outros *nós* para desatar. E *nós* bastante sérios que vamos ter que colocar na balança
1435 coisas que são bastante incomensuráveis, não tem comparações possíveis, são pesos e medidas
1436 diferentes. Vamos ter que pensar com muito cuidado em função dessa Educação Ambiental que o
1437 Setor Empresarial faz tanto nas escolas como na sociedade, como usando o licenciamento, como
1438 usando o *marketing* e propaganda, enfim todos esses temas que a Câmara Técnica trabalhou com
1439 muita qualidade a ponto que vocês nem mexeram nos temas em si. Então não podemos perder de
1440 vista a Educação Ambiental e o avanço das relações entre Educação Ambiental e o Setor
1441 Empresarial, o Setor Sindical e o Setor Urbano e Setor Rural. Então precisaríamos tratar de três *nós*
1442 básicos que são: A magnitude desse evento, depois eu vou ter uma solução meio salomônica como
1443 diz o Nilo aqui, a magnitude que é um programa muito extenso de fato e desde o começo eu sempre
1444 achei que tinha que ser um dia e meio, porque eu também acho que é fundamental que esteja ligado
1445 a uma Reunião Extraordinária do CONAMA e tem que ser extraordinária, porque as ordinárias são
1446 em Brasília e o evento teria que ser em Brasília. Nós temos que trabalhar em uma extraordinária, nós
1447 temos uma recomendação da Câmara Técnica, duas para entrarem para a reunião ordinária do
1448 CONAMA ou extraordinária e seria o caso de entrarmos com essas recomendações de educação e
1449 comunicação ambiental, uma outra de centros de Educação Ambiental que poderiam entrar nessa
1450 Reunião Extraordinária e aí não descolamos o evento do foco que é o CONAMA, não tem sentido
1451 começarmos a pensar em um evento descolado. Então ele tem que ter a cara do CONAMA e os ritos
1452 do CONAMA, então isso com relação à magnitude. Três dias é muito tempo se entramos com uma
1453 reunião do CONAMA. Com relação à data de 2009, eu acredito que vamos ter que deliberar isso daí,
1454 equacionando essas coisas. Com relação ao local se é Foz do Iguaçu ou Salvador e a solução
1455 salomônica seria, já que nós temos realmente temáticas muito aprofundadas que podemos
1456 aprofundar e que queremos ver resultados em termos de normatizações, sei lá, no licenciamento e de
1457 uma densidade maior para Educação Ambiental, nós poderíamos dividir essa programação em dois e
1458 poderíamos dividir essa ação forte de Educação Ambiental e empresa em dois locais. Aí eu não sei
1459 se eu trabalharia nordeste no nordeste, sudeste no sudeste ou sul com sul, sul e sudeste no sudeste
1460 no Paraná. Eu faria Brasil, porque CONAMA é Brasil, mas eu dividiria o programa uma coisa de
1461 licenciamento ou uma coisa que chamaria mais *hard*, mais dura e uma de comunicação, em cada um
1462 dos dois eventos, se equilibra em termos de conceitos e conteúdos e trabalha também as resoluções
1463 ou recomendações que vai ter da Educação Ambiental também. E se for em 2009, nós vamos ter que
1464 equacionar se faz uma depois da outra, ou se faz uma no primeiro semestre e outra no segundo
1465 semestre, ou se faz uma agora em 2008, por exemplo, na Bahia que dá para fazer em 2008 e tem o
1466 recurso e em 2009 já deixa agendado a programação em duas partes, já deixa tudo equacionado de
1467 maneira que as duas coisas aconteçam de forma complementar.

1468
1469
1470 **O SR.NILO DINIZ (CONAMA)** – Só uma observação, essa proposta que a Rachel apresentou, eu
1471 vejo assim, vou até ser bem sincero com vocês, eu fiquei muito preocupado com a reunião anterior da
1472 Câmara Técnica que se avançou com programa e inclusive chegou se a pensar no programa de três
1473 dias, eu achei também um pouco longo para se manter o público três dias em uma mesma localidade,
1474 considerando despesas de estadia e enfim. Mas o que mais me preocupou é que eu não estava
1475 verificando, não estava observando onde que havia realmente o interesse grande do setor,
1476 estávamos tendo essa dificuldade de ver o interesse do setor, porque eu estava receoso sabe
1477 Rachel, de fazermos um Seminário, a Câmara Técnica realizar um Seminário, com as mesmas
1478 pessoas que têm interesse na Educação Ambiental só que o assunto é diferente, o foco da Educação
1479 Ambiental empresarial e sindical, mas quando você chegar ao Seminário você vai ver nas mesas
1480 praticamente os mesmos especialistas que tiveram no encontro Ibero-Americano de Joinville de
1481 Educação Ambiental ou que tiveram no Fórum de Educação Ambiental, quer dizer, os mesmos
1482 especialistas, mais ou menos o mesmo público, aquele tanto de professores e professoras cheios de
1483 pastas na mão, que vemos nesses encontros de Educação Ambiental e as empresa mesmo, um ou
1484 outro exemplar interessado, acompanhando, assistindo ou até em uma mesa, eu fiquei preocupado
1485 com isso, porque até pedimos para fazer uma reunião com a CNI e o representante aqui do Sindicato
1486 da Confederação Nacional dos Trabalhadores do Comércio, eu acho que é CNTC, e no dia não deu
1487 certo, nem a Daniela pode estar na reunião e nem o Representante Sindical eu fiquei com a "*pulga*
1488 *atrás da orelha*", será que é o mesmo caso, eu quase preparei um e-mail para mandar para vocês,
1489 para repensarmos se é o mesmo caso de fazer esse Seminário. A Rachel foi pelo MEC nessa
1490 reunião, então pensamos, talvez fosse o caso de não gastar essa energia toda em um Seminário que
1491 não estamos vendo o real interesse do setor produtivo. Mas depois a Daniela ligou e até acho que

1492 você teve mais tarde, conversou com a Cleide e aí surgiu o interesse do Paraná também, mais ou
1493 menos simultaneamente do Governo do Estado do Paraná já com o apoio e interesse da Itaipu
1494 Binacional. E eu conversei com o Mattedi e ele reforçou, ele é Superintendente do Órgão Ambiental
1495 da Bahia, Política para as Sustentabilidade do Estado da Bahia e ele também reafirmou o interesse
1496 da Bahia de realizar, eu percebi assim que vamos dizer “o bonde já estava nos trilhos”, quer dizer, ia
1497 ser difícil agora voltar com ele para a garagem. Daí então eu pensei o seguinte, com essa proposta
1498 que a Rachel está falando, eu quero contar um segredo para vocês aqui, no CONAMA não existe
1499 segredo aqui tudo é público, mas eu fiz uma consulta ao presidente da ABEMA o Eugênio Cunha, eu
1500 fiz uma rápida consulta a ele, eu falei, “olha nós temos esse Seminário que está sendo proposto pela
1501 Câmara de Educação Ambiental e temos dois Estados interessados em sediar e apoiar o evento,
1502 como vamos resolver isso? A Bahia e o Paraná”. Ele como presidente da ABEMA ele falou, “Eu acho
1503 que todos dois têm ótimas condições de fazer um bom Seminário, não tem como decidir fácil isso”.
1504 Então essa hipótese, essa idéia da Rachel aqui, quem não tinha uma andorinha, agora pensar em
1505 duas de uma vez, mas tem alguma possibilidade talvez da Câmara ponderar sobre essa proposta
1506 pelo seguinte, porque embora você descartasse essa idéia de regionalizar, até eu tinha pensado aqui
1507 se o da Bahia pudesse ser um Seminário mais focado nos participantes da Região Nordeste e Norte
1508 deslocando para lá e de Foz do Iguaçu, Paraná mais Sul, Sudeste pelo menos uma parte do Centro-
1509 Oeste, mas isso em matéria de tema a Rachel tem toda razão, talvez, na verdade, um Seminário que
1510 continua, começa, por exemplo, na Bahia e depois concluiu no Paraná com tema distribuído. Mas o
1511 público também vai ser distribuído, porque com certeza o povo do Nordeste vai ter mais facilidade de
1512 participar, empresas do Nordeste bem localizadas também, por exemplo, Banco do Nordeste que tem
1513 alguma iniciativa nessa área, claro que vai ter uma atuação maior em um Seminário realizado em
1514 Salvador, enquanto a própria Itaipu Binacional já está lá mesmo, vai ter condições de se apresentar
1515 melhor e de participar mais ativamente no Paraná. A Petrobrás com certeza vai estar em ambos.
1516 Muito provavelmente, empresas grandes nacionais podem estar em ambos. Agora eu estou achando
1517 que esse desafio para a Câmara Técnica, que é vocês que têm que decidir, eu acho que é um
1518 desafio interessante, que pode equacionar para nós essa tensão, porque tanto o Paraná tem boas
1519 condições e ainda mais com esse patrocínio, esse apoio consistente da Itaipu Binacional, que vem
1520 realizando muita coisa nessa área de Educação Ambiental. Quanto à Bahia que já tinha manifestado
1521 antes o interesse e vem acompanhando as reuniões, tem assento na Câmara Técnica e tem ajudado
1522 a construir o programa e a proposta, também tem todas as condições. Então fica muito difícil, sabe
1523 Débora e Rosário, eu imagino que na mão da Câmara fica uma decisão difícil. Então talvez isso não
1524 queira dizer aumentar o Seminário, quer dizer só você distribuir geograficamente a atividade e ter um
1525 pouco mais de trabalho para pensar a metodologia que torne um e outro momento complementares,
1526 uma atividade só da Câmara Técnica no CONAMA. Também não sei dizer, vou antecipar logo para o
1527 presidente também, que eu não sei se temos condições de fazer duas reuniões extraordinárias,
1528 assim, uma Reunião Extraordinária em Salvador e uma Reunião Extraordinária lá em Foz do Iguaçu,
1529 isso eu não sei responder agora, é uma decisão do Presidente do Conselho, do Ministro, da
1530 Secretária Executiva. Reuniões Ordinárias do CONAMA tem que acontecer em Brasília, está no
1531 Decreto é obrigatório, não tem como alterar. Agora Reunião Extraordinária, por exemplo, uma reunião
1532 de um dia é possível até acontecer nas duas localidades, mas isso vai depender de uma decisão da
1533 direção do conselho.

1534
1535
1536 **A SR.^a DÉBORA DE ALBUQUERQUE (SEMAR/PR)** – Mas se for da forma que a Rachel sugeriu dá
1537 para fazer uma em um ano e outra no outro.

1538
1539
1540 **O SR. NILO DINIZ (CONAMA)** – É isso também acho que pode ser possível, talvez Salvador ainda no
1541 fim do ano e Paraná no ano que vem. Aí não sei, depende um pouco dá ponderação que vocês
1542 façam. Eu quis me antecipar um pouco só para colocar um pouco, algumas condições da parte do
1543 Ministério do CONAMA, da direção do CONAMA.

1544
1545
1546 **A SR.^a DANIELA CESTAROLLO (CNC)** – Se estamos pensando em dois Seminários
1547 complementares, mas com público diferenciados, como eles são complementares se o público que
1548 vai para o Nordeste não vai para o Sul? Eu acho que essa é a primeira pergunta. Então eu acho que
1549 temos que ter muito cuidado é uma boa sugestão para resolver o impasse aqui, mas vai criar um
1550 outro problema, que você vai ter dois eventos que são complementares para públicos diferentes, o
1551 público daqui provavelmente não vai assistir. Então, eu não sei, eu acho que é voltar para a estaca
1552 zero, resolvemos um problema, mas voltamos à estaca zero, para pensar em dois eventos.
1553 Preocupa-me um pouco essa solução, não sei se é a solução ideal para resolver o impasse.

1554

1555
1556
1557
1558
1559
1560
1561
1562
1563
1564
1565
1566
1567
1568
1569
1570
1571
1572
1573
1574
1575
1576
1577
1578
1579
1580
1581
1582
1583
1584
1585
1586
1587
1588
1589
1590
1591
1592
1593
1594
1595
1596
1597
1598
1599
1600
1601
1602
1603
1604
1605
1606
1607
1608
1609
1610
1611
1612
1613
1614
1615
1616
1617

O SR. PAULO KLINKERT MALUHY (Oca Brasil) – Me parece que a sugestão dos dois, vai atingir um público muito mais amplo, vamos dizer, no meu entender seriam dois completos, sendo um na Região Norte e na Região Sul, é mais ou menos, mas eu digo o objetivo é atingir um grande público, o objetivo seria que esse Seminário acontecesse nas cinco regiões do Brasil e completos. Isso seria o ideal, mas como nós temos que trazer a “bola para baixo”, fazer o primeiro para ver no que vai dar e ver o que nós vamos ter de público, como vão reger os empresários palestrantes. Eu acho que temos que estar pensando em alguma coisa que possamos resolver aqui.

A SR.^a CLEIDEMAR BATISTA VALÉRIO (CONAMA) – Outra preocupação é se dividirmos os temas, será que os temas seriam atrativos para chamar um grande público. Então as pessoas iriam para assistir um dia de palestras, vamos ter um gasto imenso e vai ser atrativo? É uma preocupação que nós temos.

A SR.^a MARIA DO ROSÁRIO R. SERRA (Governo Bahia) – Outra preocupação que tenho também, é de você além de estar dividindo o tema, você está impossibilitando que as trocas, as experiência sejam conhecidas, as experiências no Nordeste têm uma natureza diferente das experiência no Sul e Sudeste. Então, mais uma vez estamos dividindo o Brasil, fazer um Seminário Sul e Sudeste e um Seminário Norte e Nordeste. Eu acho melhor fazermos o primeiro Seminário, e depois faz o segundo Seminário daqui a dois anos em outro lugar.

A SR.^a PATRÍCIA PINTO (Oca Brasil) – E nós não pensamos na Reunião Extraordinária, por isso que aumentamos para três dias, para poder trabalhar mais... Mas se vai ter a Reunião Extraordinária junto com o Seminário aí vou ser a primeira a falar que três dias vão ser demais mesmo.

A SR.^a MARIA DO ROSÁRIO R. SERRA (Governo Bahia) – Inclusive poderíamos também alterar a data para fazer uma coisa mais elaborada, mais trabalhada para o próximo ano se for o caso, não tem problema mudar a data. Agora não pode mudar é o local.

O SR. PAULO KLINKERT MALUHY (Oca Brasil) – Bom vamos ter que resolver o problema.

O SR. EDER LEONARDO C. BORBOREMA (Ministério do Esporte) – A Minha pergunta é se precisa resolver hoje. Creio que esse debate das idéias está sendo importante, estamos progredindo, as propostas são boas, são importantes, sem perder de vista o objetivo principal. Promover o diálogo da Educação Ambiental no Setor Empresarial e Sindical. Então como disse o Paulo, o Nilo, é qual a melhor estratégia para aglutinarmos mais, qual a intervenção equilibrada que podemos aglutinar os demais setores. Então, me parece que há alguma dúvida em relação à programação também? Está equilibrada? Temos que avaliar isso também e pedir para os nossos nobres candidatos que quiserem, se puderem ou se não for hoje preparar para a próxima reunião uma espécie de proposta equilibrada de como aglutinar mais. Estamos tendo também lá no Ministério do Esporte, essa experiência de aglutinar o Setor Empresarial com a recente lei de incentivo a esporte, vamos realizar o Seminário agora recentemente e também nesse desafio também de aglutinar cada vez mais. É importante e o objetivo principal está acima. A minha intervenção é no sentido de que, a discussão não se dá por nomes, mas por projetos e eu tenho certeza que nós estamos muito bem contemplados pelas propostas, vamos avançar um pouco mais. Senhor Presidente só para finalizar depois eu tenho um informe sobre Meio Ambiente no Esporte.

O SR. PAULO KLINKERT MALUHY (Oca Brasil) – Então vamos dar prosseguimento de como vamos resolver essa questão. Uma coisa é certa, vamos ter que resolver isso nessa reunião, porque se deixarmos para a próxima, 2008 já foi. Então temos que pensar é nesta mesa hoje que temos que acertar isso para 2008, porque senão 2009 é certeza.

A SR.^a CLEIDEMAR BATISTA VALÉRIO (CONAMA) – Me preocupa um pouco a colocação, por exemplo, da CNC da CNI, dizer que o Setor Empresarial não pode se mobilizar esse ano, que é o nosso grande parceiro, não é só o Setor Governamental, no caso o Setor Empresarial, não só o Setor

1618 Empresarial da Bahia, mas todos que vão pagar as passagens dos palestrantes, indicar nomes dos
1619 palestrantes, porque os governos não vão arcar com todas as passagens e diárias.
1620

1621
1622 **A SR.^a DÉBORA DE ALBUQUERQUE (SEMAR/PR)** – É o seguinte eu entendi desde o primeiro
1623 momento que, me corrijam se eu tiver enganada, mas que como é um seminário nacional,
1624 procuraríamos parceiros em âmbito nacional, que nós cotizaríamos isso, em âmbito nacional. Então,
1625 eu acho que o estado da Bahia não tem porque arcar com isso sozinho, e mesmo assim acho que
1626 não só o Setor Empresarial tem que bancar isso sozinho também, eu acho que ele é o grande
1627 parceiro, para mim a construção toda que está se dando é a relação, estamos estabelecendo,
1628 concretizando com o Setor Empresarial, eu acho que isso é fundamental. E ele já é nosso parceiro,
1629 conferência e tantos outros seminários e projetos que trabalhamos no Setor Empresarial. Então, eu
1630 não se de repente, por exemplo, eu gostaria até que a companheira da CNI tivesse aqui, mas assim
1631 eu acho que seria importante fazer uma avaliação melhor assim, por empresa e não só a CNI, mas
1632 acho que assim, nos estados as empresas que estão sediadas nos estados, eu acho que cada um de
1633 nós tem essa possibilidade de buscar essas empresa e discutir questão de parcerias para realização
1634 desse Seminário. Acredito que precisamos conversar com a Petrobrás, eu acho que o Ministério pode
1635 fazer isso, a própria Vale do Rio Doce que participa e vem fazendo essa gestão junto conosco o
1636 Banco Real, enfim a infinidade de obstáculos que colocamos ali, mas na verdade são parceiros
1637 nossos. Eu gostaria de considerar ainda a realização para 2008 nessa perspectiva, para discutirmos
1638 assim, não só com a representação da CNI, mas com as empresa de fato, de buscarmos esses
1639 parceiros. Então embora eu não tenha direito a voto, mas estou só colocando a nossa impressão
1640 sobre a questão.

1641
1642
1643 **O SR. PAULO KLINKERT MALUHY (Oca Brasil)** – Bom, então nós temos duas coisas para tratar,
1644 data e local. Ficou aberto assim.
1645

1646
1647 **O SR. EDER LEONARDO C. BORBOREMA (Ministério do Esporte)** – Eu estava dizendo assim,
1648 podemos discutir um pouco da proposta programática, eu queria só perguntar assim: Qual a
1649 estratégia, qual o diferencial da estratégia de aglutinação que as candidaturas têm? Eu queria
1650 perguntar para dar a oportunidade de expor um pouco mais para nós.
1651

1652
1653 **O SR. PAULO KLINKERT MALUHY (Oca Brasil)** – Com a palavra as partes.
1654

1655
1656 **A SR.^a MARIA DO ROSÁRIO R. SERRA (Governo Bahia)** – Você está falando aglutinar parceiros,
1657 aglutinar participantes.
1658

1659
1660 **O SR. EDER LEONARDO C. BORBOREMA (Ministério do Esporte)** – Fica aberto, para vocês
1661 falarem bem sobre vocês mesmo.
1662

1663
1664 **A SR.^a MARIA DO ROSÁRIO R. SERRA (Governo Bahia)** – Nós já falamos é porque você não
1665 estava aqui, mas já foi dito.
1666

1667
1668 **O SR. EDER LEONARDO C. BORBOREMA (Ministério do Esporte)** – Estão contemplados? Toda a
1669 mesa está contemplada? Então está ótimo. Obrigado, é só para contribuir mesmo.
1670

1671
1672 **A SR.^a PATRÍCIA PINTO (Oca Brasil)** – Eu tenho várias dúvidas, porque eu fico com a Cleide,
1673 recebo, eu vejo, passo e modifico para poder entender, então eu fiz todas certas. Primeiro, eram dois
1674 dias, nós mudamos para três porque seria na Bahia, no Sauípe me lembro da representante da Vale
1675 que estava aqui, que “firmou o pé” tem que ser na Bahia mesmo, que o pessoal vai lá já pega o fim
1676 de semana e foi por isso que aumentou, o máximo que fizemos foi começar as 14h00 para dar tempo
1677 de todo mundo chegar. Era para chamar empresário, o negócio é que eles não gostam de Educação
1678 Ambiental e não vão, a história era essa. Então a Bahia, ótimo Sauípe ótimo, aí eu vou perguntar
1679 para você, se o empresário vai querer ouvir um professor na palestra inaugural ou vai preferir o ouvir
1680 o Doutor Nelton, que deixa todo mundo na maior pilha ouvindo a experiência de Educação Ambiental

1681 de uma grande empresa bem sucedida. Então eu acho que o inaugural tem que ser alguém assim
1682 para mais, mesmo que diminuimos um dia da nossa programação, podemos tirar ...Essa moça da
1683 Vale fez a nossa “compartilhando diferença, que é nossa sopa de letrinhas” que eu achei que ficou
1684 ótima, coloquei até o MST junto porque eu acho que vai dar um frisson. Mas eu achei a idéia
1685 interessante a Rachel não estava eu queria até ouvir a sua opinião, essa moça da Vale, eu esqueci o
1686 nome dela, Vânia da Vale do Rio Doce, ela disse que foi em um Seminário e de repente eles
1687 colocaram as pessoas mais inauditas em uma mesa e que a mesa foi riquíssima, teve muito
1688 resultado, tanto que eu pus o MST, fiz todos aqui. Eu conversei com o ele, eu liguei para ele três
1689 vezes, nem vi que tinha posto o nome dele, ele está confirmado, ele disse: “não sendo de 22 a 25 que
1690 é o Fórum das águas eu estou livre e vou com todo prazer”. Então uma das coisas que eu queria falar
1691 era essa. A outra é o tamanho e o formato, quebramos a cabeça na última reunião para deixar todos
1692 os dias, se a pessoa faltar todo dia ela vai ter um GT, um debate, do jeito que vocês colocaram, ficou
1693 GT só em um dia, o estudo de caso só no outro, eu prefiro manter do jeito que está, o professor que
1694 esteve na última reunião, que vocês colocaram como palestra de abertura, eu acho que ele seria
1695 mais útil para todo mundo e inclusive para ele em uma mesa de debate, porque ele vai poder ensinar
1696 para as pessoas sem ficar aquela aula... Vai parecer uma aula inaugural ele na palestra falando do
1697 livro. Então, é melhor depois do GT até seria uma ótima sugestão, mais gente, mais escritores, se
1698 cada GT tivesse um, terminou o GT ele assina para todo mundo ou outra coisa na Conferência
1699 Nacional do Meio Ambiente nessa desse ano, as três livrarias que estava com quiosques foram as
1700 que mais venderam isso seria uma outra idéia para a Bahia, pegar as editoras três ou quatro livrarias
1701 só com títulos de Educação Ambiental, cidadania, sustentabilidade e por aí vai. Na minha cabeça o
1702 que íamos fazer hoje era ver quem ia ser a coordenadora, relatora e palestrante para enxugar, ver
1703 quantas pessoas seriam mesmo. E alguns objetivos que até eu perguntei, porque eu não sei se todo
1704 lugar tem objetivo, falta um, tem outra coisa que eu fiz, tem um negócio que também...

1705
1706
1707 **A SR.^a CLEIDEMAR BATISTA VALÉRIO (CONAMA)** – A minha preocupação era aproveitar o Nilo
1708 para trabalhar no processo e depois no detalhe podemos trabalhar as orientações.

1709
1710
1711 **A SR.^a PATRÍCIA PINTO (Oca Brasil)** – Eu também acho que tem que ser em 2008. Acho que tem
1712 que ser esse ano ainda. Sabe Deus o que vai acontecer ano que vem.

1713
1714
1715 **O SR. PAULO KLINKERT MALUHY (Oca Brasil)** – Parece que toda questão está na data agora.
1716 Mas essa data não pode ficar para planejamento para 2008 ou planejamento para 2009.

1717
1718
1719 **A SR.^a CLEIDEMAR BATISTA VALÉRIO (CONAMA)** – Rachel me deixa fazer uma pergunta, você
1720 acha que seria mais produtivo fazer duas reuniões da Plenária Extraordinária e diminuir um dia do
1721 Seminário, seria uma alternativa ou manter dois dias do Seminário e não fazer junto à extraordinária,
1722 o Nilo também pode opinar. Já que estão dizendo que três dias são muita coisa. O que cortaríamos?
1723 Cortaríamos sim um meio dia do Seminário ou cortaríamos a extraordinária? Qual é a relevância da
1724 extraordinária para uma discussão dessas? É essa a pergunta. Para tentarmos cortar alguma coisa,
1725 já que três dias ficaram muitos.

1726
1727
1728 **O SR. PAULO KLINKERT MALUHY (Oca Brasil)** – A extraordinária é um dia, não é Nilo?

1729
1730
1731 **O SR. NILO DINIZ (CONAMA)** – Poderia ser de um dia.

1732
1733
1734 **O SR. PAULO KLINKERT MALUHY (Oca Brasil)** – Aí já estaria em dois dias e uma tarde. Deixar a
1735 manhã para a chegada, tarde abertura e encerraria com a extraordinária do CONAMA e um dia só de
1736 Seminário, um dia e meio.

1737
1738
1739 **A SR.^a RACHEL TRAJBER (MEC)** – Eu faria um dia e meio de Seminário e um dia de extraordinária.
1740 Eu tenho que ir embora, eu tenho uma reunião no gabinete do Ministro. Então é o seguinte, olha
1741 como eu faria, não sei se ficou definido que vai ser um local só. É isso? Não, pode ser dois locais.
1742 Então deixa só eu voltar como eu faria acho que ficaria legal, não é para existir a toa, é porque eu
1743 acho que é muito importante estar vinculado ao CONAMA e que não é um encontro para as

1744 empresas, mas é um encontro para o Brasil, para conseguirmos pensar em uma Educação Ambiental
1745 e que seja um movimento em que consigamos atingir a população brasileira com apoio até das
1746 empresas, pensando diferente, pensando na construção do Brasil como um País sustentável,
1747 ambientalmente, politicamente, socialmente enfim. Olhe como eu faria na prática, eu faria nos dois
1748 locais, ligados a Reuniões sim Extraordinárias do CONAMA e faria na primeira tarde, no final da tarde
1749 a partir das 18h00 uma mesa de abertura e aí os diálogos de Educação Ambiental do Setor
1750 Empresarial, sindical, urbano, junta tudo. Aquelas duas grandes conferências e nesse formato de
1751 diálogos e aí coloca MST, sei lá, eu tinha colocado agricultura orgânica que eu achei mais... mas
1752 enfim, não vale a pena discutir nomes aqui e no da Bahia eu trabalharia aquela mesa do
1753 licenciamento no dia seguinte, licenciamento e marketing ou transformação efetiva de manhã, e GTs
1754 a tarde e Foz eu trabalharia, indicadores avaliação e monitoramento pela manhã e sustentabilidade e
1755 padrões de consumo e depois os GTs a tarde. Com isso teríamos na seqüência e como eu disse um
1756 tema mais duro que é licenciamento e um tema mais de comunicação que é marketing ou
1757 transformação efetiva e em Foz a questão dos indicadores de avaliação e monitoramento e uma
1758 questão mais leve que são padrões de consumo, enfim mais leve, mais humanista e o outro é mais
1759 quantitativo. Eu faria isso e um na seqüência do outro é claro que os públicos vão ser diferentes, o
1760 público mais amplo, porque o público do CONAMA vai ser o mesmo, que são os Conselheiros do
1761 CONAMA que precisam entender uma Educação Ambiental mais ampla, para poder até contribuir
1762 melhor com a recomendação que nós estamos propondo como Câmara Técnica. Então aí dividimos
1763 esse Seminário efetivamente, faz um dia e meio de Seminário, um dia de CONAMA em cada um dos
1764 dois Estados.

1765
1766
1767 **O SR. PAULO KLINKERT MALUHY (Oca Brasil)** – Bom, já estamos passando para duas datas de
1768 2008 e 2009.

1769
1770
1771 **A SR.^a RACHEL TRAJBER (MEC)** – Se é difícil uma então fica fácil duas. Mas vocês percebem que
1772 dá para ter uma seqüência e ficam coisas equivalentes e não é que... o Banco da Amazônia ele pode
1773 participar em qualquer um dos dois, não tem essa. Mas a questão desses temas eu acho que fazem
1774 avançar e muito.

1775
1776
1777 **A SR.^a BEATRIZ RODRIGUES (FURNAS)** – Eu também quero pedir licença, porque vou ter que sair
1778 antes. Mas assim, Rachel fica fragmentada, é para o Brasil sim, mas ele tem o foco nas empresas,
1779 quer dizer, não vou vivenciar, não vou discutir a realidade do Norte e Nordeste, porque a empresa
1780 não vai me mandar para lá, mas eu tenho interesse em conhecer a empresa, atende lá também. E aí
1781 você acha que a empresa vai me liberar para ir para lá. Fica fragmentado.

1782
1783
1784 **A SR.^a RACHEL TRAJBER (MEC)** – Mas se divulgamos algum planejamento, a programação
1785 completa, mais em dois momentos, dois lugares, uma coisa seqüência da outra, porque faz parte do
1786 CONAMA. Gente não é um evento, não são “eventos pipoca”. São eventos que são ligados à
1787 Educação Ambiental ao CONAMA, é por isso vão estar os Conselheiros do CONAMA, se não é
1788 qualquer público é qualquer coisa que pode aparecer. Por isso que as coisas têm que estar
1789 equacionadas e equilibradas assim, entendi.

1790
1791
1792 **O SR. NILO DINIZ (CONAMA)** – Só para entender melhor. Você está dizendo que fragmento é fazer
1793 em duas localidades.

1794
1795
1796 **A SR.^a BEATRIZ RODRIGUES (FURNAS)** – Sim, o Seminário foi discutido até hoje, como um
1797 Seminário Nacional para o Brasil sim, com foco nas empresas. Não vejo porque esse momento de
1798 mudar...

1799
1800
1801 **O SR. EDER LEONARDO C. BORBOREMA (Ministério do Esporte)** – inclusive foi uma coisa que
1802 eu reparei as proposta vão ser aprovadas, se no evento for aprovada determinada proposta e no
1803 outro... Então assim, isso nos leva até discutir, qual é o resultado do Seminário que nós esperamos. A
1804 aprovação de diretrizes ou é potencializarmos quem aplica a Educação Ambiental, leva também a
1805 reflexão. Só um esclarecimento, então não vai aprovar nada, é diferente do que está escrito aqui, fica
1806 claro na proposta que altera a proposta. Última página: “Grupos de Trabalhos, antes serão

1807 apresentados às propostas para aprovação e Plenária no final do evento”. Vai ser aprovado vai ser
1808 discutido.
1809
1810
1811 **A SR.^a DÉBORA DE ALBUQUERQUE (SEMAR/PR)** – Na verdade isso incorpora quem vai deliberar
1812 sobre essa questão é a Câmara Técnica, vai ser sistematizado e trazido para cá.
1813
1814
1815 **O SR. EDER LEONARDO C. BORBOREMA (Ministério do Esporte)** – Sim, que fique claro então.
1816 Obrigado.
1817
1818
1819 **A SR.^a BEATRIZ RODRIGUES (FURNAS)** – Rachel, eu queria entender porque dividir isso é só
1820 porque agora pareceu à proposta do Paraná, é muito bem vinda, porque não o Seminário primeiro
1821 como já vinha sido discutido coletivamente a Bahia e agora tem a proposta do Paraná, que bom,
1822 fazemos o segundo no Paraná. Independente da data se for 2008 já 2009 para o Paraná o segundo
1823 Seminário, é essa a sua idéia de dividir é só para poder aceitar a proposta do Paraná também. É
1824 isso?
1825
1826
1827 **A SR.^a RACHEL TRAJBER (MEC)** – Não, porque eu acho também muito longo o programa. E eu
1828 acho que esses 4 temas são fundamentais, que essas 4 áreas todas. Por isso, se não dá para fazer
1829 um só, fazemos um, só que dividido em duas partes e eu acho que isso não faz tanto mal.
1830
1831
1832 **A SR.^a BEATRIZ RODRIGUES (FURNAS)** – Mas os 4 temas dá naquele... Se começar à tarde com a
1833 proposta da CNI e fizer o dia todo e pela manhã, dá os 4 temas.
1834
1835
1836 **A SR.^a RACHEL TRAJBER (MEC)** – Não dá para ter GTs. Não dá.
1837
1838
1839 **A SR.^a BEATRIZ RODRIGUES (FURNAS)** – Assim como eu acho que tem que considerar a proposta
1840 da Daniela do CNI, porque sem o apoio da CNI também... Porque o nosso foco está nas empresas,
1841 eu acho que essa data é uma questão que abrir mão para 2008, tudo bem, agora Bahia já estava...
1842
1843
1844 **A SR.^a RACHEL TRAJBER (MEC)** – Vocês querem que deixe a proposta dividida, deu para
1845 entender? Não sei é difícil mesmo resolver esse tipo de coisa, mas como eu vejo que é uma ação que
1846 pode ser vista um pouco a distância e inclusive essa questão de avaliação e monitoramento, as
1847 pessoas precisam de certo tempo para ir pensando nos indicadores e tal e os GT podem ter até uma
1848 lição de casa. Só que talvez não sejam as mesmas pessoas nos GTs, o público não é unicamente os
1849 Conselheiros do CONAMA.
1850
1851
1852 **A SR.^a MARIA JOSÉ DE SOUSA HOLANDA (Governo Ceará)** – Eu gostaria de esclarecer uma
1853 coisa. Desde o primeiro momento que eu estive aqui, que eu estou aqui, discutimos um Seminário
1854 para o setor produtivo na área de indústria, empresa e sindical, essa reunião do CONAMA
1855 Extraordinária ela está surgindo hoje, o Seminário não foi pensado para os Conselheiros do
1856 CONAMA, o Seminário foi pensado para o setor produtivo, tanto é que se diz, que seria bem-vinda a
1857 participação dos Conselheiros do CONAMA, tudo bem, mas o foco não foi trabalhado em cima disso.
1858 Tanto é que veio na justificativa e no objetivo do Seminário, que não tem em nenhum momento esse
1859 foco. Quer dizer, apareceu esse foco novo que está dando toda essa confusão e eu não consigo
1860 compreender um Seminário distribuído em dois momentos distintos em locais distintos, com
1861 discussões distintas e com pessoas distintas, discutindo as mesmas coisas. Eu acho que precisa ficar
1862 bem claro para que consigamos continuar, porque eu não tenho nem como justificar para o estado do
1863 Ceará, eu participar de dez reuniões e chegar lá mostrando a mesma coisa e que nada foi resolvido.
1864 De uma coisa só que se chama: “A Construção de um Seminário Para se Tratar de Educação
1865 Ambiental no Setor Produtivo e Sindical”.
1866
1867
1868 **A SR.^a DANIELA CESTAROLLO (CNC)** – Eu tenho uma sugestão. Primeiro votaríamos, mantemos
1869 um Seminário Nacional ou fazemos dois regionais. Essa seria a minha primeira sugestão e a segunda

1870 seria esse ano fazemos um seminário ou dois ou então fazemos um seminário esse ano e um
1871 seminário ano que vem por ordem de chegada, visto que o estado da Bahia há dois meses atrás, eu
1872 estava nessa reunião, já tinha sido aceita, tinha sido o único inclusive que tinha se proposto. Eu acho
1873 que poderíamos ficar com essa opção, se não dividir na primeira opção um seminário ou dois
1874 seminários como a proposta da Rachel ou então se vamos fazer um seminário esse ano, vamos dar a
1875 oportunidade para o estado do Paraná fazer no ano que vem. É a única saída que eu vejo nesse
1876 momento.

1877
1878
1879 **A SR.^a DÉBORA DE ALBUQUERQUE (SEMAR/PR)** – Só gostaria de esclarecer. Gente de novo,
1880 não estamos aqui para dividir nada, primeiro assim o estado da Bahia participa da Câmara Técnica
1881 teve a oportunidade de se colocar como primeiro e trazer a sua proposta em primeira mão, nós não
1882 sabíamos disso, só ficamos sabendo disso, porque primeiro não participamos da Câmara Técnica,
1883 segundo que foi aberto como a Cleide já colocou aqui várias vezes, foi aberta a possibilidade de
1884 outros estados se colocarem. Então não é o estado da Bahia se colocou primeiro, não é isso, não é
1885 assim, estamos aqui para contribuir e construir coletivamente como foi dito desde o início, nós só
1886 trouxemos isso agora, porque não foi oportunamente, só trouxemos isso agora porque foi dada a
1887 possibilidade de outros estados se colocarem. Então, por favor, eu estou ficando constrangida já.

1888
1889
1890 **A SR.^a BEATRIZ RODRIGUES (FURNAS)** – Débora eu também não faço parte do Conselho, eu sou
1891 do Rio de Janeiro e estou participando da discussão coletiva desde a primeira reunião, mas também
1892 não sou conselheira.

1893
1894
1895 **A SR.^a CLEIDEMAR BATISTA VALÉRIO (CONAMA)** – Posso fazer mais uma pergunta provocativa?
1896 Nós estamos correndo contra o tempo. Eu vou reformular a pergunta do Éder, eu acho que ele quis
1897 dizer isso: Qual o poder de fogo que nós temos? Pergunta bem objetiva. Vocês, Bahia teriam
1898 condições de mobilizar todo mundo e ter o Seminário montado nesse prazo de tempo? Paraná teria
1899 condições de se mobilizar e fazer o Seminário para 2008? Eu acho que é uma pergunta crucial, se
1900 temos como mobilizar todo mundo, convidar, o poder de fogo de cada um, se tem equipe para isso e
1901 se conseguiríamos vencer essa etapa de 3 meses e ter um Seminário montado. Se os estados, vocês
1902 teriam condições de “deslanchar” rápido? Eu tenho medo de nós aqui de dentro, Nilo, de
1903 “deslanchar”. Estou achando muito apertado, principalmente que tenho férias e estou saindo para o
1904 exterior em setembro. Então, eu preciso muito dessa resposta dos estados, “Deixa conosco que
1905 tocamos isso”, que a minha decisão seria em cima disso, do poder fogo de vocês de mobilizarem,
1906 não sei o que você acha.

1907
1908
1909 **O SR. PAULO KLINKERT MALUHY (Oca Brasil)** – Bem, vão ser colocados os poderes de fogo e
1910 decidiremos aqui democraticamente.

1911
1912
1913 **A SR.^a MARIA DO ROSÁRIO R. SERRA (Governo Bahia)** – Eu não me sinto assim a vontade, não
1914 quero criar nenhum constrangimento, mas repare é porque eu acho que isso é um assunto nosso,
1915 não é um assunto do Governo do Estado da Bahia, não é não sei se você concorda também aí
1916 Paraná, é um assunto nosso. Inclusive nós não temos, eu disse aqui, nós estamos buscando
1917 construir parcerias, nós temos condições de mobilizar? Temos claro que nós temos. Agora inclusive
1918 toda a mídia, o Governo da Bahia não se responsabiliza pela mídia, a mídia televisiva, a mídia de
1919 rádio. Podemos fazer até um trabalho em nível de Estado, mas em nível nacional não dá para nós
1920 fazermos é um custo muito alto o Governo do Estado da Bahia não pode assumir isso. Agora mantém
1921 o interesse, mantém as mesmas condições que foram colocadas aqui, agora realmente não posso
1922 assumir que nós vamos fazer tudo, porque não é de nossa... é um assunto da Câmara Técnica, aliás
1923 é um assunto do empresariado, é um assunto do sindicalismo, é um assunto de todos nós
1924 educadores ambientais.

1925
1926
1927 **A SR.^a DÉBORA DE ALBUQUERQUE (SEMAR/PR)** – Faço minha as suas palavras também. A
1928 verdade é assim, no meu entendimento, isso daqui é uma proposta que está sendo forjada dentro de
1929 uma Câmara Técnica, isso quer dizer que o Estado que for indicado para sediar que ele vá assumir
1930 todo o custo financeiro, toda mobilização e eu acho primeiro que por mais que isso tenha sido
1931 gestado aqui dentro, isso tem que ser partilhado com as outras secretarias de estado e com os outros
1932 estados para o setor empresarial. Eu acho que não tem que ser ou só Paraná ou só Bahia para

1933 sediar tudo, não existe isso gente. É um Seminário nacional que tem um componente forte que
1934 estamos querendo mobilizar todo o empresariado nacional. Então não é que ele tenha só uma
1935 perspectiva nacional à possibilidade nacional, não é diferente estamos discutindo isso dentro da
1936 Câmara Técnica do CONAMA e aí eu entendo que a Rachel falou da questão do âmbito geográfico
1937 para mim, porque essa questão é maior, não é só quem tem condições de mobilizar. Se a Bahia for
1938 quem sediar o Seminário, nós do Paraná vamos mobilizar o pessoal do Rio Grande do Sul, Santa
1939 Catarina para estar junto lá, para compartilhar finanças, para compartilhar mídia, para compartilhar
1940 tudo, é isso. Eu acho que cada um de nós aqui, não é só você companheira, mas eu acho que cada
1941 um de nós aqui tem que sair com uma tarefa. Sair com a tarefa de começar a construir o Seminário,
1942 para mim não tem quem vai e faz a coisa, todos nós temos que sair com a tarefa.

1943

1944

1945

O SR. PAULO KLINKERT MALUHY (Oca Brasil) – Bem, agora a coisa ficou mais magnânima.
Então temos agora um sentido de cooperação explícito.

1946

1947

1948

1949

A SR.^a MARIA DO ROSÁRIO R. SERRA (Governo Bahia) – Inclusive não se pode desconsiderar a
1950 posição da CNI que coloca para eles impossível a realização do Seminário. Nós temos que contar
1951 com a CNI e estamos também no meu ponto de vista, esse Seminário também está muito assim,
1952 inconsistente ainda. Trabalhamos pouca coisa, eu acho que temos que amadurecer mais as
1953 proposta, eu defendo inclusive a realização, a não ser que façamos um Seminário para menos
1954 pessoas, uma coisa mais localizada, mas se queremos com a dimensão nacional e considerando que
1955 a CNI não vai poder participar, que não tem condições de estar presente, fazer parte do grupo que vai
1956 pensar o Seminário, organizar o Seminário, definir todas as etapas do Seminário e inclusive a
1957 metodologia de trabalho. Esses Grupos se quisermos resultados plausíveis temos que definir como
1958 trabalhar com eles, não é só dar um tema, preparar pessoas para trabalhar com esses grupos, os
1959 facilitadores. Então tem muita coisa que tem que ser pensada ainda.

1960

1961

A SR.^a DANIELA CESTAROLLO (CNC) – Quando eu coloquei, não é uma questão de má vontade
1962 de não queremos participar, é por conhecer como funciona o próprio sistema “S”, dentro do próprio
1963 sistema indústria não seria só CNI, porque atualmente quem cuida da Educação Ambiental é o
1964 próprio SESI. Então dentro da casa temos unidades diferenciadas, então tenho que ter uma
1965 articulação com o SESI, com as Federações chegar às empresas inclusive para ver patrocínio, então
1966 é considerando tudo isso, todo esse trabalho de articulação e mobilização dentro do sistema indústria
1967 que nós pensamos, eu coloquei isso na minha gerência, que o prazo que nós temos agora, daqui
1968 para novembro, não é viável. Não temos inclusive, nem recursos humanos, saíram duas pessoas da
1969 equipe, quer dizer, tem toda uma situação que mal estamos conseguindo dar conta do que temos
1970 para assumir um compromisso pelo volume de trabalho que envolve. Por isso que eu falei que
1971 independente do Seminário ser dois ou três dias, eu acho que é assim, a iniciativa o primeiro
1972 Seminário, então é um esforço duplo. Temos que atrair um público que nunca veio para um evento
1973 dessa natureza. Então eu acho que tudo é um esforço dobrado nessa primeira iniciativa, pelo próprio
1974 motivo que foi exposto antes, como você segura um empresário não é nem três dias é uma tarde.
1975 Quer dizer consegue, talvez não seja um número tão representativo, eu acho que é um Seminário em
1976 si, não é problemático, o local não é problemático, mas é todo o trabalho de articulação e divulgação
1977 que acredito que precisamos de mais tempo. Para ser um Seminário de qualidade e sucesso é por
1978 isso que eu coloco essas limitações, isso não impede que se faça em novembro, mas de repente
1979 repensamos em um formato mais reduzido, se realmente como estávamos pensando, ele no nível
1980 nacional, convidando todas as empresa, envolvendo todos os setores eu acho complicado, até
1981 porque há muitos eventos na área ambiental nesse fim de ano, tem a FUMAI em São Paulo, tem
1982 Feira Internacional na Europa também. Tem vários eventos na área ambiental que mobilizam
1983 bastante os empresários, enfim algumas considerações.

1984

1985

1986

1987

O SR. PAULO KLINKERT MALUHY (Oca Brasil) – Bem, parece que pela Rosário e Daniela tem um
1988 acordo de que a preparação para 2008 está difícil. Chega-se a essa conclusão? Então chegamos à
1989 data?

1990

1991

A SR.^a MARIA DO ROSÁRIO R. SERRA (Governo Bahia) – Eu inclusive ia discutir isso aqui. Ia
1992 trazer essa reflexão para cá.

1993

1994

1995

1996 **O SR. PAULO KLINKERT MALUHY (Oca Brasil)** – Vamos então, decidir pela data, para podermos
1997 partir em cima de uma coisa concreta. Vamos colocar em votação a data, é possível? A proposta ou a
1998 data? A proposta de data.
1999

2000

2001 **O SR. EDER LEONARDO C. BORBOREMA (Ministério do Esporte)** – Proponho que não seja
2002 posterior ao fim dessa gestão, porque estaríamos decidindo pela próxima. Eu queria ponderar que
2003 não precisa ser o maior Seminário do mundo e também não é o último tema, nós temos muita coisa
2004 para debater, Educação Ambiental na área da própria Educação, Educação Integral no Contraturno
2005 Escolar, Transversalidade com o Esporte, com a Cultura não é o último tema. Mas assim eu creio que
2006 é um tema bastante desafiador para a Câmara, lisonjearia a iniciativa e seria muito importante para
2007 nós que acontecesse mesmo. Não precisa ser o maior do mundo e ninguém vai fazer sozinho.
2008

2009

2010 **A SR.^a MARIA JOSÉ DE SOUSA HOLANDA (Governo Ceará)** – Eu acho que é uma coisa muito
2011 importante, porque se passou quase o ano inteiro conversando sobre isso.
2012

2013

2014 **O SR. PAULO KLINKERT MALUHY (Oca Brasil)** – Vamos tratar de qualidade e não de quantidade.
2015

2016

2017 **A SR.^a MARIA DO ROSÁRIO R. SERRA (Governo Bahia)** – Proponho mantermos a data de final do
2018 mês de novembro, para um público estimado de 300 pessoas no máximo.
2019

2020

2021 **O SR. PAULO KLINKERT MALUHY (Oca Brasil)** – E permanece a idéia de um dia inteiro com uma
2022 tarde e uma manhã.
2023

2024

2025 **A SR.^a MARIA DO ROSÁRIO R. SERRA (Governo Bahia)** – Dois dias, Reunião de Extraordinária
2026 não, porque aí os custos elevariam bastante.
2027

2028

2029 **O SR. PAULO KLINKERT MALUHY (Oca Brasil)** – Então seria a parte da tarde do primeiro dia, um
2030 dia inteiro e um fechamento ao meio dia.
2031

2032

2033 **A SR.^a PATRÍCIA PINTO (Oca Brasil)** – Então só tiramos um daqueles módulos que seja repetitivo.
2034

2035

2036 **O SR. PAULO KLINKERT MALUHY (Oca Brasil)** – Essa é a formatação e a data. Todos estão de
2037 acordo com essa formatação.
2038

2039

2040 **A SR.^a MARIA DO ROSÁRIO R. SERRA (Governo Bahia)** – Vamos estabelecer a data aqui, final do
2041 mês, seria 27 e 28 de novembro.
2042

2043

2044 **O SR. PAULO KLINKERT MALUHY (Oca Brasil)** – Temos uma em setembro agora.
2045

2046

2047 **O SR. NILO DINIZ (CONAMA)** – A data Plenária do CONAMA é decisiva para marcarmos o
2048 Seminário, temos que definir bem para não deixar coincidir e não ficar muito colado uma atividade
2049 com a outra, senão dificulta para o apoio e participação do Ministério. Agora eu quero fazer duas
2050 sugestões aqui, pelo que eu estou vendo presidente, está se encaminhando mesmo para fazer então
2051 esse ano, acho que o Eder foi feliz de lembrar talvez pudéssemos Daniela pensar em uma atividade
2052 assim, que não seja tão grandiosa assim também. Que tenhamos condições de organizar nesse
2053 espaço de tempo e inclusive com o apoio possível que a CNI puder dar nesse prazo. Agora a questão
2054 que fica para mim é a seguinte, para a Câmara principalmente, é a questão do local se definir que
2055 este ano acontece no final de novembro, nós temos que definir então é a Bahia mesmo Salvador,
2056 Paraná como que fica, quer dizer, podemos pensar indicativamente no ano que vem, em uma
2057 segunda iniciativa que avance em relação a essa, não como faz. Eu acho que a Câmara tem que ter
2058 essa definição agora, só para esclarecer para vocês, a Débora entrou em contato comigo, porque o

2059 Paraná se dispôs também a sediar, eu disse a ela a Câmara Técnica está conduzindo o assunto e a
2060 secretaria do CONAMA, o departamento não tem a menor condição de dizer olha, não é possível ou
2061 é possível. Tem que trazer para a Câmara Técnica a proposta formalizar e a Câmara ter uma
2062 decisão. Acho que a Daniela inclusive estava colocando a hipótese, acho que a segunda hipótese
2063 que você colocou para a Câmara decidir seria se talvez então realize esse ano na Bahia, se for
2064 definido assim, Salvador, mas já deixa uma possibilidade para o ano que vem com apoio do pessoal
2065 de Itaipu também de realizar no Paraná. Não sei como Salvador, Bahia e Paraná vêem essa
2066 possibilidade, quer dizer, tem mais tempo, eu não acho a idéia de dividir tematicamente, quer dizer
2067 acho que não é o caso. É o caso de fazer uma atividade primeiro, concentrar todos juntos, eu achei
2068 muito legal a palavra da Débora aqui, porque de fato, o Seminário é nacional aconteça agora na
2069 Bahia e depois no Paraná, qualquer caso é nacional, porque o CONAMA é um Conselho Nacional.
2070 Acho que seria muito interessante se independentemente do local pudéssemos agregar as
2071 contribuições que o Paraná está trazendo e Salvador também, para fortalecer esse Seminário no
2072 local onde for definido, por exemplo, o Nelton, eu achei muito interessante à sugestão da Patrícia, ele
2073 é uma figura muito interessante para abrir o Seminário como esse pela experiência inclusive prática
2074 que eles têm tido nas promoções que têm realizado lá. Da mesma maneira também que na proposta
2075 que tem sido discutido pela Câmara também tem soluções interessantes para enganchar lá o
2076 professor que tinha previsto para abrir lá. Então acho que talvez pudéssemos somar força, em uma
2077 iniciativa primeiro seja lá qual for o local definido e na segunda versão para o ano que vem, que vai
2078 ser uma outra Câmara Técnica, foi bem lembrado, Éder, que é uma outra gestão, mas que de
2079 qualquer forma pode assumir o desafio de fazer o segundo depois aí na localidade fica definido,
2080 também com apoio de todos para realizar lá, já tendo uma consequência. Você fez o primeiro tirou
2081 algumas conclusões, um produto inicial e aí você pode pensar qual é a necessidade e qual é
2082 exatamente o tema o foco que pode ter eventualmente uma segunda iniciativa. A partir da experiência
2083 da primeira, eu acho que pode ser um caminho interessante. Mas a decisão continua sendo de vocês.
2084
2085

2086 **O SR. PAULO KLINKERT MALUHY (Oca Brasil)** – Podemos deliberar a continuidade de primeiro e
2087 segundo já estabelecendo o próximo local? Temos essa possibilidade? Podemos deliberar agora, o
2088 primeiro onde vai ser e o segundo também. Primeira edição, segunda edição, primeiro Seminário
2089 segundo Seminário e já ficar deliberado agora que seria o segundo.
2090

2091
2092 **O SR.NILO DINIZ (CONAMA)** – A Câmara Técnica que assumir no início do ano, ela vai
2093 naturalmente rediscutir, mas acho que o indicativo dessa gestão é muito importante e provavelmente
2094 vai ser aceito. Só para lembrar o Elder foi buscar para nós gentilmente a 92ª Reunião Ordinária do
2095 CONAMA será nos dias 26 e 27 de novembro. Então eu quero sugerir a vocês que seja na semana
2096 seguinte ou na semana anterior, logo antes ou logo depois. A semana seguinte já é dezembro. A
2097 reunião do CONAMA já está marcada para 26 e 27 de novembro. Estamos falando de novembro 91ª
2098 é agora 10 e 11 de setembro, a 92ª é 26 e 27 de novembro.
2099

2100
2101 **A SR.ª PATRÍCIA PINTO (Oca Brasil)** – E 20 e 21 de novembro. Não pode ser?
2102

2103
2104 **O SR. PAULO KLINKERT MALUHY (Oca Brasil)** – 20, 21 e 22.
2105

2106
2107 **A SR.ª MARIA JOSÉ DE SOUSA HOLANDA (Governo Ceará)** – Então é quarta-feira, quinta e sexta
2108 começando as 14h00, são 3 dias, só que pega metade de um dia.
2109

2110
2111 **O SR.NILO DINIZ (CONAMA)** – Deixa-me fazer uma sugestão, a reunião da Câmara Técnica
2112 continua amanhã ou termina hoje? Termina hoje, então eu quero fazer uma sugestão para vocês, não
2113 seria mais prático que alguém da Câmara Técnica aqui mais próximo, que não precisa se deslocar de
2114 tão longe, não estou querendo eliminar já o Ceará e a Bahia não, mas alguém que fosse mandatado
2115 pela Câmara Técnica para fazermos uma reunião com a equipe do CONAMA, do departamento de
2116 Educação Ambiental do MMA e da Coordenação de Educação Ambiental do MEC, talvez a CNI
2117 também, que está aqui em Brasília a Daniela, para marcar uma reunião e detalhar melhor em um
2118 prazo aí de poucos dias uma semana no máximo, detalhar um pouco o programa em contato com a
2119 Rosário e todos os membros da Câmara Técnica para ver se é isso mesmo. Sabe por quê? Quando
2120 eu olhei o programa, dei uma olhada por cima, eu concordo inteiramente com o que disse a Rosário
2121 ainda está muito “cru”, na verdade não tem uma metodologia definida mesmo como programação

2122 está ainda um pouco frouxo em termos do que queremos realmente com cada mesa. Tem um
2123 trabalho aí que dificilmente em reunião de Câmara vocês vão resolver, é um trabalho técnico mesmo,
2124 trabalho de passar uma tarde inteira e duas, três, quatro pessoas debatendo, discutindo, telefonando,
2125 montando mesmo uma proposta de ponta a ponta com metodologia, conteúdo o que queremos que
2126 cada Grupo tire exatamente de proposta ou de idéias. Então a sugestão que faço presidente é que
2127 fique designado alguém da Câmara nós nos disponhamos, não é Cleide de envolver MEC, MMA as
2128 áreas de Educação Ambiental afins para mandar pelo menos uma pessoa ou duas e se a CNI topar
2129 colaborar, sentaríamos e marcaria um dia que dê na agenda de todos para uma tarde para
2130 aprofundar um detalhamento técnico da proposta. Manda em seguida para o presidente e para os
2131 membros da Câmara Técnica agregar sugestões por e-mail mesmo uma coisa ágil e fecha e entrega
2132 para Câmara Técnica na verdade para trabalhar.

2133
2134

2135 **O SR. PAULO KLINKERT MALUHY (Oca Brasil)** – Desde já, posso colocar a Oca a disposição para
2136 participar. Então estaremos presente nessa reunião.

2137
2138

2139 **A SR.^a DÉBORA DE ALBUQUERQUE (SEMAR/PR)** – Eu gostaria se puder, se for permitido, eu
2140 gostaria de contribuir especialmente nessa parte do Setor Sindical dos trabalhadores que é um setor
2141 que eu bem conheço, porque já fui da direção da CUT. Então se tiver a oportunidade eu posso
2142 contribuir nessa sugestão de nomes, de programação. Eu trouxe, fiz também uma relação de mini
2143 currículos das pessoas que nós colocamos aí.

2144
2145

2146 **A SR.^a CLEIDEMAR BATISTA VALÉRIO (CONAMA)** – Eu vou pedir a vocês que quando indicarem
2147 os nomes, já façam uma consulta prévia. Estou recebendo às vezes só o e-mail, não tem o nome,
2148 não tenho a instituição das pessoas, eu vou ficar maluca para fechar. Então, vocês, por favor,
2149 indiquem os nomes, como a Patrícia trouxe, olha ele vai poder vir no dia tal e tal.

2150
2151

2152 **O SR. PAULO KLINKERT MALUHY (Oca Brasil)** – Então precisamos finalizar o assunto,
2153 precisamos decidir pelo local, a data está certa, já formamos esse Grupo que vai fazer o trabalho
2154 prévio, na semana que vem é isso Nilo. Já estabelecemos esse trabalho para sistematizar e sintetizar
2155 esse Seminário a data já está decidida e agora precisamos aprovar o local.

2156
2157

2158 **A SR.^a PATRÍCIA PINTO (Oca Brasil)** – Deixe me colocar uma coisa, meu chefe eu vou ter que ficar
2159 aqui amanhã para procurar uma régua paralela. Se alguém quiser encontrar comigo amanhã eu ainda
2160 posso.

2161
2162

2163 **A SR.^a DANIELA CESTAROLLO (CNC)** – Semana que vem eu não posso, tenho um evento na CNI
2164 27 e 28. Eu não posso nos dias 25, 26, 27 e 28.

2165
2166

2167 **O SR. PAULO KLINKERT MALUHY (Oca Brasil)** – Se puder a Patrícia ficar com a Cleide amanhã, e
2168 já começar a dar o “pontapé inicial”, já anda com o que for necessário e depois faz mais um
2169 conclusiva.

2170
2171

2172 **A SR.^a DANIELA CESTAROLLO (CNC)** – Poderia ser na sexta-feira 29 à tarde.

2173
2174

2175 **O SR. PAULO KLINKERT MALUHY (Oca Brasil)** – Me resta perguntar se está definido o local. Está
2176 definido o local Débora?

2177
2178

2179 **A SR.^a DÉBORA DE ALBUQUERQUE (SEMAR/PR)** – Se for o acordo que seja a Bahia eu vou
2180 ajudar a construir, não há problema nenhum.

2181
2182

2183 **O SR. PAULO KLINKERT MALUHY (Oca Brasil)** – Então Conselheiros estão todos de acordo que
2184 seja na Bahia.

2185
2186
2187
2188
2189
2190
2191
2192
2193
2194
2195
2196
2197
2198
2199
2200
2201
2202
2203
2204
2205
2206
2207
2208
2209
2210
2211
2212
2213
2214
2215
2216
2217
2218
2219
2220
2221
2222
2223
2224
2225
2226
2227
2228
2229
2230
2231
2232
2233
2234
2235
2236
2237
2238
2239
2240
2241
2242
2243
2244
2245
2246
2247

A SR.^a DÉBORA DE ALBUQUERQUE (SEMAR/PR) – Não sou eu Itaipu também, tenho certeza que se colocar nessa atividade empreendedora vai nos ajudar a construir o Seminário.

A SR.^a PATRÍCIA PINTO (Oca Brasil) – Vou falar pelos meus companheiros de FURNAS que foram embora. FURNAS foi o primeiro palestrante sozinho mandou um e-mail para a Cleide falando: “Eu vou estar presente e quero participar e venho em todas”.

O SR. PAULO KLINKERT MALUHY (Oca Brasil) – Então vamos colocar em votação o local meus Conselheiros. Quem for a favor da Bahia se pronuncie. Então temos 4 Conselheiros, temos unanimidade, Éder você também. Então temos unanimidade no local à Bahia. Já estamos com a data definida e o primeiro encontro o para poder fazer os encaminhamentos necessários, semana que vem. As datas são 03, 04 e 05 de dezembro, parte da tarde do dia 03, o dia 04 inteiro, e a manhã do dia 05 encerrando 12h00. Também queremos deixar registrado, que o segundo Seminário já fica encaminhado com a possibilidade de ser no Estado do Paraná que já se propõe, ainda entendido isso o Mercosul, sugestão da Patrícia da Oca Brasil.

A SR.^a CLEIDEMAR BATISTA VALÉRIO (CONAMA) – Estava sugerindo que se aprofundasse bastante nos indicadores, não temos muito amadurecimento para tirar muita conclusão desse Seminário. Então daríamos o “pontapé” inicial e deixaríamos todo mundo estudando uns 4, 5 meses, 1 ano os indicadores para o segundo Seminário. Acho que tem que ter um indicativo inicial.

O SR. EDER LEONARDO C. BORBOREMA (Ministério do Esporte) – Só um informe, em janeiro agora, ocorrerá à primeira edição do programa Projeto de Abrangência Nacional Recreio nas Férias e na sua primeira edição tem como tema principal, Meio Ambiente e vai atingir cerca 200 mil crianças e adolescentes de todo o Brasil, será feita uma capacitação com a grade sobre o tema Meio Ambiente com alguns milhares de monitores e estagiários e de todo o Brasil, que vão aplicar essa grade horária com transversalidade e Educação Ambiental aí dentro do projeto segundo tempo, que é o maior projeto sócio esportivo do mundo. Ele abrange cerca de um milhão de crianças e adolescentes, então cerca de 200 mil crianças e adolescentes em janeiro irão participar de atividades de Meio Ambiente. Como a conferência é a nacional de esportes, então a nossa prioridade é Esporte Social.

O SR. PAULO KLINKERT MALUHY (Oca Brasil) – Débora, você quer saber a próxima reunião da Câmara Técnica, Cleide existe essa data?

A SR.^a CLEIDEMAR BATISTA VALÉRIO (CONAMA) – 15 e 16 de outubro.

O SR. PAULO KLINKERT MALUHY (Oca Brasil) – Aqui não vamos resolver mais nada. Na próxima reunião.

A SR.^a DÉBORA DE ALBUQUERQUE (SEMAR/PR) – Tem que passar essas informações para todas as Secretarias de Estados de Meio Ambiente, para os gabinetes dos secretários, dizendo que é um Seminário é nacional e estamos contando com a contribuição e a participação de todo mundo, dos Estados, das regiões pedindo para todo mundo se envolver. Acho que tem que ser algo bem legal de envolvimento.

A SR.^a CLEIDEMAR BATISTA VALÉRIO (CONAMA) – Nilo, vou dar uma sugestão, nós não vamos ter condições de reunir a Câmara Técnica para fechar os nomes, eu posso receber os nomes das sugestões, as indicações e você dar o aval como diretor do CONAMA?

O SR. NILO DINIZ (CONAMA) – Minha sugestão é a seguinte, trabalha um pouco o Seminário com os nomes que chegarem à semana que vem. Sexta-feira vai haver uma reunião, acontece que não

2248 adianta só nome, como os nomes se organizam em cima de cada tema, dentro de cada mesa e aí
2249 ajustou isso com a proposta técnica, manda para todas as pessoas opinarem para ver se está de
2250 acordo ou não, mandar mais alguma sugestão algum comentário aí se todos tiverem de acordo, claro
2251 que vai ter uma outra sugestão, procuramos agregar essa sugestão e não precisa ser aprovado pela
2252 Câmara Técnica, se todos tiverem de acordo começa a preparação.

2253

2254

2255 **A SR.ª CLEIDEMAR BATISTA VALÉRIO (CONAMA)** – Só que eu pensei que para ficar oficializado,
2256 o Nilo dar o aval.

2257

2258

2259 **O SR. NILO DINIZ (CONAMA)** – Eu não posso fazer isso, é uma iniciativa da Câmara Técnica, o
2260 Presidente é quem dá o aval. Aprofunda a proposta, dá uma olhada e encaminha para todos, recolhe
2261 as sugestões e no final o Presidente dá o aval. Pode ser por e-mail.

2262

2263

2264 **O SR. PAULO KLINKERT MALUHY (Oca Brasil)** – Ratifica aqui na reunião. Por e-mail ratifica.
2265 Todos os Conselheiros de acordo. Então declaramos encerrada a reunião de hoje e agradecemos a
2266 presença de todos e espero que os trabalhos agora possam ser bem encaminhados para a próxima
2267 sessão. Simplesmente continuarmos com as pautas pertinentes. Obrigada a todos.